

Regulação do Setor de Telecomunicações em 2015

2015 Statutes and Regulations of the Telecommunication Sector

Márcio Iorio Aranha
João Alberto de Oliveira Lima
Renata Tonicelli de Mello Quelho

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	215
Normas e Atos de 2015	241
Fundamentos	241
Aspectos Históricos	241
Conceitos Fundamentais	241
Era da Informação	241
Liberdade de Expressão	242
Direito à Privacidade	242
Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações	242
Infraestrutura de Telecomunicações	243
Compartilhamento de Infraestrutura	243
Bem Público (utilização e restrição)	243
Redes de Telecomunicações	243
Interconexão	244
Numeração dos Serviços	244
Equipamentos de Telecomunicações	244
Antenas	244
Estações de Telecomunicações	245
Terminais	246
Espectro de Radiofrequência	247
Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência	247
Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)	247
Direito de Uso de Radiofrequência	247
Administração do Setor de Telecomunicações	248
Fiscalização das Telecomunicações	248
Tributação no Setor de Telecomunicações	249
Prestação de Serviços	250
Licitação	250
Espécies de Outorga	252
Concessão (regras aplicáveis)	252
Permissão (regras aplicáveis)	253
Autorização (regras aplicáveis)	254
Preço Público e Preço Privado	254
Processo Administrativo	256
Políticas de Telecomunicações	256
Política Industrial	256
Concorrência no Setor de Telecomunicações	257
Universalização e Massificação	257
Acesso às Telecomunicações	258
Portador de Deficiência	258
Financiamento da Universalização e Massificação	258
Metas de Universalização	258
Fundos Setoriais de Telecomunicações	258
FISTEL	258
Qualidade do Serviço	260
Controle Social, Hierárquico e Interorgânico	260
Sigilo em Telecomunicações	260
Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações	260

Quanto ao Regime Jurídico de Prestação	260
Quanto ao Interesse	261
Serviço de Interesse Coletivo	261
Serviço de Interesse Restrito	261
Quanto ao Gênero	261
Serviço Limitado	261
Serviço de Valor Adicionado	261
Serviço de Radiodifusão	262
Serviços no Setor de Telecomunicações	262
Internet	262
Radiodifusão	262
Radiodifusão Comunitária	264
Rádio Aberta	264
Televisão Aberta	264
TV Digital	265
Serviço Limitado Especializado (SLE)	266
Serviço Limitado Móvel Privado	266
Serviço Limitado Privado	266
Serviço Móvel Especializado ou Trunking ou Trunk ou Sistema Troncalizado	267
Serviço Móvel Marítimo	267
Serviço Móvel Pessoal (SMP)	267
Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)	268
Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)	270
Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)	271
Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas	271
Serviço Móvel Aeronáutico	271
Ramos Jurídicos Afins	272
Direito da Concorrência	272
Direito Urbanístico	272
Aplicações de Telecomunicações	272
Internet	272
Acessibilidade	273
Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços	273
Banda Larga	273
Atores no Setor de Telecomunicações	273
ANATEL	274
Poder Legislativo	276
Tribunal de Contas da União	276
Poder Executivo	276
Presidência da República	277
Ministério das Comunicações	277
Ministério da Educação	277
Ministério da Cultura	278
Poder Judiciário	278
STF	278
STJ	279
Prestadora / Operadora	279
Usuário / Consumidor	280
Provedor de Aplicações de Internet	281
Normas Referenciadas	281

Lei Ordinária	281
Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015	281
Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015	282
Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015	283
Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015	283
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015	283
Lei nº 13.159, de 10 de agosto de 2015	285
Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015	285
Decreto	286
Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015	286
Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015	286
Portaria Ministerial	286
Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015	286
Portaria MC nº 320, de 12 de janeiro de 2015	287
Portaria MC nº 294, de 30 de janeiro de 2015	288
Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015	288
Portaria MC nº 4.287, de 21 de setembro de 2015	288
Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015	289
Portaria MC nº 6.413, de 20 de novembro de 2015	289
Portaria MC nº 6.467, de 24 de novembro de 2015	290
Portaria MC nº 6.580, de 2 de dezembro de 2015	290
Portaria Interministerial	291
Portaria Interministerial nº 2.098, de 14 de maio de 2015	291
Portaria Interministerial nº 4.074, de 26 de Agosto de 2015	291
Resolução	291
Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015	291
Resolução da ANATEL nº 648, de 11 de fevereiro de 2015	292
Resolução da ANATEL nº 650, de 16 de março de 2015	292
Resolução da ANATEL nº 651, de 13 de abril de 2015	293
Resolução da ANATEL nº 652, de 27 de maio de 2015	293
Resolução da ANATEL nº 653, de 13 de julho de 2015	294
Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015	294
Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de Agosto de 2015	295
Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015	296
Resolução da ANATEL nº 657, de 3 de novembro de 2015	296
Resolução da ANATEL nº 658, de 11 de dezembro de 2015	296
Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015	297
Resolução da ANATEL nº 660, de 28 de dezembro de 2015	297
Julgados Referenciados	298
Acórdãos	298
Supremo Tribunal Federal (STF)	298
ADI 2.615 - SC	298
HC 128567/MG	298
RE 456534 ED/RS	299
RE 811620 AgR/MG	299
Superior Tribunal de Justiça (STJ)	300
RESP 1384340 AgRg/DF	300
Tribunal de Contas da União (TCU)	300
Acórdão TCU 3311/2015	300
Acórdão TCU 2320/2015	301
Atos Referenciados	301
Ato Administrativo	301

Ato	301
Ato do Conselho Diretor da ANATEL n° 448, de 22 de janeiro de 2015	301
Decisão	302
Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. n° 6/2015)	302
Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015 (Ref. n° 53/2015)	302
Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 31 de julho de 2015 (Ref. n° 305/2015)	303
Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. n° 480/2015)	303
Relatório da Ouvidoria da ANATEL	303
Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2015	303
Índice Alfabético e Remissivo	305

Lista de Abreviaturas e Siglas

1G	Primeira Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (análogo).
2.5G	Geração 2.5 de Tecnologia de Telefonia Móvel (GPRS).
2G	Segunda Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (digital para dados, 9.6-14.4Kbps).
3G	Terceira Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (digital para voz e dados, mínimo de 144Kbps).
3G HS	3G High Speed (Rede celular de Terceira geração de Alto Desempenho).
3GPP	3rd Generation Partnership Project.
4G	Quarta Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (requisitos da UIT IMT-Advanced).
8K	Tecnologia de Ultra High Definition Television.
AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente.
ABA	Associação Brasileira de Anunciantes.
ABAP	Associação Brasileira de Agências de Propaganda.
ABAR	Associação Brasileira de Agências de Regulação.
ABCiber	Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura.
ABDTIC	Associação Brasileira de Direito das Tecnologias da Informação e das Comunicações.
ABEMTIC	Associação Brasileira de Entidades Municipais de Tecnologia da Informação e Comunicação.
ABEPEC	Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais.
ABEPEC	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação (inativa).
ABEPREST	Associação Brasileira de Empresas de Soluções de Telecomunicações e Informática.
ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.
ABETS	Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite.
ABIFUMO	Associação Brasileira da Indústria do Fumo.
ABINEE	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.
ABJC	Associação Brasileira de Jornalismo Científico.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ABPI-TV	Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão.
ABPITV	Associação Brasileira das Empresas Produtoras Independentes de Televisão.
ABPTA	Associação Brasileira dos Programadores de TV por Assinatura.
ABR Telecom	Associação Brasileira de Recursos de Telecomunicações (Portabilidade Numérica).
ABRA	Associação Brasileira de Radiodifusores.
ABRACOM	Associação Brasileira de Antenas Comunitárias.
ABRADECEL	Associação Brasileira de Defesa dos Moradores e Usuários Intraquilos com Equipamentos de Telecomunicações Celular.
ABRAFIC	Associação Brasileira de Film Commissions (Brazilian Association of Film Commissions).
ABRAFIX	Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado.
ABRAMULTI	Associação Brasileira dos Operadores de Telecomunicações e Provedores de Internet.

ABRAPIT	Associação Brasileira de Pequenos Provedores de Internet e Telecomunicações.
ABRATEL	Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações.
ABRATER	Associação Brasileira de Telecomunicações Rurais.
ABRINT	Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações.
Abrintel	Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações.
ABRISAN	Associação Brasileira de Registro de Obras Audiovisuais.
ABTA	Associação Brasileira de TV por Assinatura.
ABTU	Associação Brasileira de TVs Universitárias.
Acel	Associação Nacional das Operadoras Celulares.
ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto.
ACLR	Adjacent Channel Leakage Ratio.
AD	Adicional por Chamada (Serviço Móvel Pessoal).
ADGI	Gerência Geral de Gestão da Informação (ANATEL).
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição).
ADPF	Gerência Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças (ANATEL).
ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Line.
AEB	Agência Espacial Brasileira.
AET	Associação dos Engenheiros de Telecomunicações.
AFTN	Aeronautical Fixed Telecommunications Network (Rede Internacional Fixa de Telecomunicações Aeronáuticas).
AGVSEL	Agravo em Suspensão de Execução de Liminar.
Ah	Ampère-hora.
AHCIET	Asociación Iberoamericana de Centros de Investigación y Empresas de Telecomunicaciones.
AI	Acesso Instalado.
AI	Agravo de Instrumento (Jurisdição).
AI/E	Acesso Instalado da Estação de Comutação.
AICE	Acesso Individual Classe Especial.
AIE	Acesso Instalado Equivalente.
AIRR	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (Tribunal Superior do Trabalho).
ALAIC	Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas.
ALCAR	Associação Brasileira dos Pesquisadores de História da Mídia.
AM	Amplitude Modulation (Modulação em Amplitude).
AM-DSB-SC	Amplitude Modulation, Double-Sided Band, Suppressed Carrier (Modulação em Amplitude, em Faixa Lateral Dupla, com Portadora Suprimida).
AME	Valor de Ativo Moderno Equivalente (Separação e Alocação de Contas).
AMMB	Associação de Marketing Móvel do Brasil.
AMN	Artificial Mains Network (Rede Fictícia em V).
AMNT	Assembléia Mundial de Normalização das Telecomunicações.
AMPS	Advanced Mobile Phone System (Rede celular 1G).
AN	Área de Numeração.
AN	Área de Numeração (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações (de Portugal).

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações.
ANCINE	Agência Nacional do Cinema.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANER	Associação Nacional das Empresas de Revistas.
ANER	Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras.
ANJ	Associação Nacional de Jornais.
ANOp	Auditoria de Natureza Operacional (Tribunal de Contas da União).
ANP	Agência Nacional do Petróleo.
ANSI	American National Standards Institute.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
APEX-Brasil	Agência de Promoção de Exportações do Brasil.
APS	Área de Prestação do Serviço (Serviço de Acesso Condicionado).
Aptel	Associação de Empresas Proprietárias de Infra-Estrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações.
AR	Área de Registro.
AR	Área de Registro (Serviço Móvel Especializado).
AR	Área de Registro (Serviço Móvel Pessoal).
AR	Área de Registro (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ARCTEL	Associação de Reguladores das Comunicações e Telecomunicações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
ARIB	Association of Radio Industries and Businesses (Japão).
ARICEA	Association of Regulators of Information and Communications for Eastern and Southern Africa.
ARM	Acordo de Reconhecimento Mútuo (Certificação e Homologação).
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica.
ARTAC	Association des régulateurs de telecommunications de l'Afrique central – Telecommunication Regulators' Association of Central Africa.
ASTM	American Society for Testing and Materials.
AT	Área de Tarifação (Serviço Móvel Especializado).
AT	Área de Tarifação (Serviço Móvel Pessoal).
ATA	Analog Telephone Adaptor.
ATB	Área de Tarifa Básica.
ATB	Área de Tarifação Básica (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ATC	Ativos de Tecnologia Corrente (Separação e Alocação de Contas).
ATS	Ativos de Tecnologia Substituída (Separação e Alocação de Contas).
ATSC	Advanced Television Systems Committee (Padrão de TV Digital – Estados Unidos da América).
AVADAN	Avaliação de Danos - Formulário (Sistema Nacional de Defesa Civil).
BACEN	Banco Central do Brasil.
BAL	Balancamento Longitudinal.
BASIS	Business Action to Support the Information Society (Câmara Internacional de Comércio – ICC).
BB	Banda-Base.
BBC	British Broadcasting Corporation (Reino Unido).
BCB	Banco Central do Brasil.
BDO	Base de Dados Operacional (Portabilidade).
BDR	Base de Dados de Referência (Portabilidade).

BDR	Base de Dados Nacional de Referência da Portabilidade.
BDT	Bureau de Développement des Télécommunications (Escritório de Desenvolvimento das Telecomunicações da UIT).
BDTA	Banco de Dados Técnicos e Administrativos (Radiofrequência).
BGAN	Broadband Global Area Network (INMARSAT).
BIA	Bens e Instalações em Andamento (Separação e Alocação de Contas).
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).
BIS	Bens e Instalações em Serviço (Separação e Alocação de Contas).
Bn	Largura da Faixa Necessária (Certificação).
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BPL	Broadband over Power Lines (Banda larga por meio de redes de energia elétrica).
BR	Bureau des Radiocommunications (Escritório de Radiocomunicações da UIT).
BRASSCOM	Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação.
BS	Base Station (Estação Rádio Base).
BSR	Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações.
BT	Linha de distribuição de Baixa Tensão.
BWA	Broadband Wireless Access (4G).
C-INI	Comitê sobre Infra-estrutura Nacional de Informações.
C0,25	Capacidade nominal para regime de alta intensidade de descarga (C0,25).
C10	Capacidade nominal para regime de média intensidade de descarga (C10).
C120	Capacidade nominal para regime de baixa intensidade de descarga (C120).
CA	Corrente Alternada.
CAACI	Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-Americana.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.
CAMR	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações.
CAPDA	Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia.
CAPT	Controle Automático da Potência Transmitida.
CARR	Conferência Administrativa Regional de Radiocomunicações.
CATIS	Centro de Acesso a Tecnologias para a Inclusão Social.
CBC	Comissão Brasileira de Comunicações.
CBC 1	Comissão Brasileira de Comunicações nº 1 – Redes de Dados e Características de Sistemas Telemáticos (extinta).
CBC 2	Comissão Brasileira de Comunicações nº 2 – Transmissão de Áudio e Vídeo e Sistemas Multimídia (extinta).
CBC 3	Comissão Brasileira de Comunicações nº 3 - Tarifas e Princípios Contábeis (extinta).
CBC 4	Comissão Brasileira de Comunicações nº 4 - Definição de Serviços, Planos Estruturais e Gerência de Redes (extinta).
CBC 5	Comissão Brasileira de Comunicações nº 5 - Sinalização, Comutação, Protocolos, Linguagens e Aspectos Gerais de Redes (extinta).

CBC 6	Comissão Brasileira de Comunicações nº 6 - Planta Externa e Compatibilidade Eletromagnética (extinta).
CBC 7	Comissão Brasileira de Comunicações nº 7 - Desenvolvimento das Telecomunicações (extinta).
CBC 8	Comissão Brasileira de Comunicações nº 8 - Serviços Móveis, de Radiodeterminação e de Radioamador (extinta).
CBC 9	Comissão Brasileira de Comunicações nº 9 - Serviços Fixos e Científicos (extinta).
CBC 1	Comissão Brasileira de Comunicações nº 1 - Governança e Regimes Internacionais.
CBC 10	Comissão Brasileira de Comunicações nº 10 - Administração do Espectro Radioelétrico e Propagação (extinta).
CBC 11	Comissão Brasileira de Comunicações nº 11 - Radiodifusão (extinta).
CBC 12	Comissão Brasileira de Comunicações nº 12 - Negociações Internacionais em Telecomunicações (extinta).
CBC 13	Comissão Brasileira de Comunicações nº 13 – Governança da Internet (extinta).
CBC 2	Comissão Brasileira de Comunicações nº 2 - Radiocomunicações.
CBC 3	Comissão Brasileira de Comunicações nº 3 - Normalização de Telecomunicações.
CBC 4	Comissão Brasileira de Comunicações nº 4 - Desenvolvimento das Telecomunicações.
CBC Temp.	Comissão Brasileira de Telecomunicações Temporária.
CBDT	Coleção Brasileira de Direito Regulatório das Telecomunicações.
CBF	Confederação Brasileira de Futebol.
CBLC	Comissão Brasileira de Liquidação e Custódia.
CBR	Comissão Brasileira de Radiocomunicações.
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/62).
CBTTs	Comissões Brasileiras de Telecomunicações.
CC	Corrente Contínua.
CCA	Base de Custos Correntes.
CCC	Central de Comutação e Controle (Serviço Móvel Pessoal).
CCC	Central de Comutação e Controle (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
CCC	Central de Controle e Comutação do SMC (Internacional).
CCIR	Comitê Consultivo Internacional das Radiocomunicações.
CCITT	Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia.
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações da UnB.
CCOMGEX	Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.
CCPI	Comitê Consultivo Permanente nº 1 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCP.II	Comitê Consultivo Permanente nº 2 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCP.III	Comitê Consultivo Permanente nº 3 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCPs-CITEL	Comitês Consultivos Permanentes da CITEL.
CCT	Cargo Comissionado Técnico (Agências Reguladoras).

CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Senado Federal).
CCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Câmara dos Deputados).
ccTLD	country code Top Level Domain (Domínio de Primeiro Nível) (INTERNET).
CDA	Certidão de Dívida Ativa.
CDC	Código de Defesa do Consumidor.
CDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Câmara dos Deputados).
CDI	Cadastro de Demonstração de Interesse (Radiodifusão Comunitária).
CDI	Comutação Digital Integrada.
CDMA	Code Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Código).
CDMA 1xEV-DO	CDMA Evolution Data-Optimized (Rede celular 3G).
CDMA 1xEV-DV	CDMA Evolution, Data and Voice (Rede celular 3G).
CDN	Content Delivery Network (Rede de Entrega de Conteúdo).
CDUST	Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações.
CEDEC	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica.
CEITEC	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CENELEC	European Committee for Electrotechnical Standardization.
CEPED	Centro Universitário de Ensino e Pesquisa sobre Desastres (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CERT.br	Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
CETIC.br	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
CFM	Conselho Federal de Medicina.
CFTV	Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace.
CG-CBC	Grupo de Coordenação das Comissões Brasileiras de Comunicações.
CG-ProTIC	Comitê Gestor do Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.
CGCOB	Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.
CGIbr	Comitê Gestor da Internet no Brasil.
CGPD	Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Presidência da República).
CGPID	CGPID.
CGRBT	Comitê Gestor de Articulação Institucional da Rede Brasil de Tecnologia.
Cia C ²	Companhia de Comando e Controle (Exército Brasileiro).
CIC	Central de Intermediação de Comunicação Telefônica.
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
CIP	Câmara Interbancária de Pagamentos.
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

CISCOMIS	Comissão de Desenvolvimento do Projeto e da Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
CITEL	Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CJF	Conselho da Justiça Federal.
CMDT	Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações.
CMGLO	Gerência de Engenharia, Planejamento e Controle de Licitações e Outorgas.
CMI	Cúpula Mundial da Informação.
CMPC	Custo Médio Ponderado de Capital.
CMPRL	Gerência de Autorização do Uso de Radiofrequências e Licenciamento de Estações (ANATEL).
CMR	Conferência Mundial de Radiocomunicações.
CMSI	Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society – WSIS).
CN	Código Nacional.
CNAL	Cadastro Nacional de Áreas Locais.
CNC	Conselho Nacional de Comunicações.
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial.
CNI	Confederação Nacional da Indústria.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CNPq-MCT	Centro Nacional de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.
COE	Coeficiente de Onda Estacionária.
COE	Coeficiente de Reflexão.
COER	Certificado de Operador de Estação de Radioamador.
COFDM	Coded Orthogonal Frequency Division Multiplexing.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
COG	Cabo Óptico Geral.
COGEF	Comissão de Gerência do Espectro de Radiofrequência de Interesse do Ministério da Defesa.
COL	Copa do Mundo FIFA 2014 - Comitê Organizador Brasileiro Ltda.
COMDEC	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
COMESA	Common Market for Eastern and Southern Africa.
COMPÓS	Associação Nacional das Pós-Graduações em Comunicação.
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Conapsi	Conselho Nacional dos Provedores de Serviço de Internet.
CONAR	Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária.
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos.
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia.
CONDEC	Conselho Nacional de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CONDECINE	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária.
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação.
CONTCOP	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade (Representação profissional).
CONTEL	Conselho Nacional de Telecomunicações (Extinto em 25/02/1967).

COP	Cabo Óptico "Plenum".
CoPol	Copolar (Antena).
COR	Cabo Óptico "Riser".
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
CORDEC	Coordenadoria Regional de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CP	Código Penal.
CP	Consulta Pública.
CPADS	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos.
CPC	Código de Processo Civil.
CPCT	Central Privada de Comutação Telefônica.
CPCT	Central Privativa de Comutação Telefônica (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
CPP	Código de Processo Penal.
CPP	Contribuição Patronal Previdenciária (Seguridade Social).
CPqD	CPqD.
CPqD	Fundação CPqD Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações.
Cr0,25	Capacidade real em regime nominal para alta intensidade de descarga (Cr0,25).
Cr10	Capacidade real em regime nominal para média intensidade de descarga (Cr10).
Cr120	Capacidade real em regime nominal para baixa intensidade de descarga (Cr120).
CRASA	Communications Regulators' Association of Southern Africa.
CRE	Contrato de Receita Extraordinária (Concessionária de Rodovia).
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
CRS	Sistemas de Rádios Cognitivos.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CSP	Código de Seleção de Prestadora.
CTBC	Companhia de Telecomunicações do Brasil Central.
CTs-SGT.1-MERCOSUL	Comissões Temáticas do Subgrupo de Trabalho de Comunicações do MERCOSUL.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
CVR	Relações Custo-Volume (Separação e Alocação de Contas).
C³I	Command, Control, Communications and Intelligence (Doutrina Militar).
D-AMPS	Digital Advanced Mobile Phone System.
DAC	Departamento de Aviação Civil.
DAS	Direção e Assessoramento Superiores.
dB	Decibel.
dB SPL	Decibel relativo a 20 µPa.
dB SPL(A)	Decibel relativo a 20 µPa medido com ponderação A (IEC 60651).
dB V	Decibel Relativo a 1 V.

DBDG	Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG).
dBk	Potência, em dB, relativa a 1 kW.
dBmp	Decibel medido com ponderação psofométrica (Rec. O.41 da ITU-T).
dBPa	Decibel Relativo a 1 Pascal.
dBPa(A)	Decibel relativo a 1 Pa medido com ponderação A (IEC 60651).
dBμ	Decibel Relativo a 1 mW.
dBμ	Intensidade de campo, em dB, relativa a 1μV/m.
DCOR	Diretoria de Concessões e Operações Rodoviárias.
DCS	Digital Cellular Network.
DDG	Discagem Direta Gratuita.
DDI	Discagem Direta Internacional.
DDoS	Distributed Denial-of-Service (Ataque de Negação de Serviço na Internet).
DDR	Discagem Direta a Ramal.
DEA	Data Envelopment Analysis.
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo.
DECT	Digital European Cordless Telephone.
DEICT	Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia, da Secretaria de Telecomunicações (Ministério das Comunicações).
DEINT	Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.
DEJUS	Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça).
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações (Extinto em 15/03/1990).
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional.
DEPV	Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (Min. Aeronáutica), substituída pelo DECEA.
DETRAF	Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços.
DG	Distribuidor Geral (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
DIC	Discagem Interurbana a Cobrar.
DISTV	Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos.
DJ	Diário da Justiça (Imprensa Nacional).
DJe	Diário da Justiça eletrônico.
DLC	Discagem Local a Cobrar.
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
DNS	Domain Name System.
DOP	Documento Operacional de Prazos da Portabilidade.
DoS	Denial-of-Service (Internet).
DPDC	Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.
DRM	Digital Radio Mondiale (padrão europeu de rádio digital).
DS-CDMA	Múltiplo Acesso por Divisão em Código com Sequência Direta.
DSAC	Documento de Separação e Alocação de Contas.
DSB	Double Side Band 'Modulation' (Modulação em Faixa Lateral Dupla).
DSC	Documento Sigiloso Controlado.
DSL	Digital Subscriber Line.
DTH	Direct-to-Home (Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite).
DTMF	Dual Tone Multi-Frequency.

DVB	Digital Video Broadcasting (Padrão de TV Digital – União Européia).
DVB-H	Digital Video Broadcasting Handheld.
e-DJFI	Diário da Justiça Federal da Primeira Região eletrônico (TRF 1ª Região).
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (ANATEL).
e.i.r.p.	Potência Equivalente Isotropicamente Radiada.
e.r.p.	Potência Efetiva Radiada (Campo Eletromagnético).
e.r.p.	Potência Efetivamente Irradiada.
EACO	East African Communications Organisation.
EARPTO	East Africa Regulatory, Postal and Telecommunications Organization.
EB	Estação Base.
EBC	Empresa Brasil de Comunicação.
EBITDA	Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization.
EC	Estação de Controle.
Ec / ec	Campo Característico, respectivamente em dB μ e mV/m.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.
ECD	Equipamento de Comunicação de Dados.
ECP	Entidade Cedente de Programação.
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
EDA	Entidade Detentora de Autorização (Serviço de RTVA).
EDGE	Enhanced Data Rates for Global Evolution (Rede celular 2.5G).
EEII	Empresa Exploradora de Troncos Interestaduais e Internacionais.
EESPT	Entidade Exploradora de Serviços Públicos de Telecomunicações (em desuso).
EHF	Extremely High Frequency.
EILD	Exploração Industrial de Linha Dedicada.
ELI	Estágio de Linha Integrado.
ELR	Estágio de Linha Remoto.
EM	Estação Móvel.
ENISA	European Union Agency for Network and Information Security.
Enom / enom	Intensidade de campo nominal utilizável, respectivamente em dB μ e mV/m.
ENUM	Telephony Numbering Mapping (Protocolo desenvolvido pela IETF).
EPMU	Equal Proportionate Mark Up (Alocação Proporcional e Equitativa – Separação e Alocação de Contas).
EPON	Ethernet Passive Optical Network.
ER	Estação Repetidora.
ER	Estágio Remoto (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ERB	Estação Rádio Base.
ERC	Estação Radioelétrica Central.
ERG	European Regulators Group.
ERP	Potência Efetivamente Radiada.
ERUE	Eficiência Relativa de Uso do Espectro (ERUE).
ESC	Equipamento a Ser Certificado.
ESV	Earth Station on Board Vessel.
ESV	Estação Terrena a Bordo de Embarcação.

ET	Estação Terminal.
ETA	Estação Terminal de Acesso.
ETD	Equipamento Terminal de Dados.
ETIR	Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança da Informação (ANATEL).
ETSI	European Telecommunications Standards Institute.
Eu / eu	Intensidade de campo utilizável, respectivamente em dBμ e mV/m.
EUE	Eficiência de Uso do Espectro (EUE).
FA	Fator de Amortecimento.
FAC	Fully Allocated Costs (Custos Totalmente Alocados).
FCC	Federal Communications Commission (United States of America).
FCM	Financial Capital Maintenance.
FCPT	Fórum de Certificação de Produtos para Telecomunicações.
FCT	Função Comissionada Técnica.
FCT	Funções Comissionadas de Telecomunicações.
FDD	Frequency Division Duplexing (Duplexação por Divisão na Frequência).
FDMA	Frequency Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Frequência).
FEBRAPEL	Federação Brasileira de Telecomunicações (Representação empresarial).
FEC	Código de Correção de Erro.
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas.
FGP	Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FH-CDMA	Múltiplo Acesso por Divisão em Código com Saltos de Frequência.
FI	Frequência Intermediária.
FIFA	Fédération Internationale de Football Association.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos.
FINSOCIAL	Fundo de Investimento Social.
FISTEL	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
FITTEL	Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações.
FM	Frequência Modulada.
FMCA	Fixed-Mobile Convergence Alliance.
FME	Frequência Modulada com Fins Exclusivamente Educativos.
FNC	Fundo Nacional da Cultura.
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
FNPJ	Fórum Nacional de Professores de Jornalismo.
FNT	Fundo Nacional de Telecomunicações.
Fonacate	Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado.
FORCINE	Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual.
FS	Fornecedora de Sinal.
FTTB	Fiber to the Building.
FTTC	Fiber to the Curb.
FTTH	Fiber to the Home.
FTTN	Fiber to the Node.
FUNCAP	Fundo Especial para Calamidades Públicas (Sistema Nacional de Defesa Civil).

Fundomic	Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação (Minas Gerais).
Funtec	Fundo Tecnológico (BNDES).
FUNTTTEL	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
FWA	Fixed Wireless Access.
GCOM	Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações (UnB).
GESAC	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão.
GETEL	Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações (UnB).
GGRR	Grupo de Gestão de Riscos e Acompanhamento do Desempenho das Redes de Telecomunicações.
GGSN	Gateway GPRS Support Node.
GIP	Grupo de Implantação da Portabilidade.
GIP	Grupo de Implementação da Portabilidade.
GIPAQ	Grupo de Implantação de Processos de Aferição da Qualidade.
GIRED	Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED.
GMC	Grupo Mercado Comum.
GMDSS	Sistema Global de Socorro e Segurança Marítima.
GNR	Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais.
GPON	Gigabit Passive Optical Network.
GPRS	General Packet Radio Service (Rede celular 2.5G).
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global).
GSM	Global System Mobile -Global System for Mobile Communications (Originariamente Groupe Spécial Mobile).
GTDS	Grupo de Trabalho de Desburocratização e Simplificação dos Processos de Outorga e Pós-Outorga de Serviços de Radiodifusão (Ministério das Comunicações).
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial.
GVT	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA.
HCA	Base de Custos Históricos (Separação e Alocação de Contas).
HCA	Historical Cost Accounting (Base de Custos Históricos na Separação e Alocação de Contas).
HCI	Altura do Centro de Fase do Sistema Irradiante.
HF	High Frequency (Alta Freqüência).
HFBC	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para o planejamento das faixas de ondas decamétricas atribuídas ao serviço de radiodifusão, realizada em 1987.
HMM	Hora de Maior Movimento.
HNMT	Altura da Antena sobre o Nível Médio do Terreno.
HNMT	Altura do Sistema Irradiante em Relação ao Nível Médio do Terreno (Radiodifusão).
HSDPA	High Speed Downlink Packet Access (Rede celular 3G).
HSPA	High-Speed Packet Access (tipo de padrão de telefonia móvel por dados) (Rede celular 3G).
HSUPA	High Speed Uplink Packet Access (Rede celular 3G).
IAF	International Accreditation Forum (Certificação e Homologação).

IAMCR	International Association for Media and Communication Research.
IAP	Índice de Atendimento Pessoal.
IAP	Interamerican Proposal.
IARP	International Amateur Radio Permission (Permissão Internacional de Radioamador).
IARU	União Internacional de Radioamadores (International Amateur Radio Union).
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
IBOC	In-Band On-Channel (padrão norte-americano de rádio digital).
ICANN	Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (Corporação da Internet para a Atribuição de Nomes e Números).
ICAO	Organização Internacional de Aviação Civil.
ICC	Índice de Chamadas Completadas.
ICC	International Chamber of Commerce (Câmara Internacional de Comércio).
ICCo	Índice de Cessação de Cobrança.
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações.
ICNIRP	International Commission on Non Ionizing Radiation Protection (Comissão Internacional de Proteção Contra Radiações Não Ionizantes).
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
ICR	Índice de Correspondências Respondidas.
ICT	Instituição Científica e Tecnológica.
ICT4D	Information and Communication Technologies for Development.
IDA	Índice de Desempenho no Atendimento (aplicado ao STFC).
IDDF	Informações de Demanda e Dados Físicos (Separação e Alocação de Contas).
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IDQ	Índice de Desempenho de Qualidade (aplicado ao STFC).
IEC	International Electrotechnical Commission.
IEEE	Institute of Electrical and Electronics Engineers.
IETF	Internet Engineering Task Force (Força Tarefa de Engenharia da Internet).
IFCA	International Federation of Mass Communication Associations.
Ifd	Fator de Degradação.
IFRB	Junta Internacional de Registro de Frequências.
IFS	Serviço Franqueado Internacional.
IGF	Internet Governance Fórum (Fórum de Governança da Internet vinculado à ONU).
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado.
IGQO	Índice Geral de Qualidade Operacional (aplicado ao STFC).
IGQP	Índice Geral de Qualidade Percebida (aplicado ao STFC).
II	Imposto de Importação.
IIS	Índice de Instalação do Serviço.
IITS	Índice de Interrupções Solucionadas.

ILA	Índice de Ligações Atendidas.
ILAC	International Laboratories Accreditation Cooperation (Certificação e Homologação).
IME	Índice Mínimo de EUE (IME).
IMEI	International Mobile Station Equipment Identity.
IMO	Organização Marítima Internacional.
IMSI	International Mobile Subscriber Identity (Identificação Internacional de Acesso Móvel).
IMT-2000	International Mobile Telecommunications-2000.
IMT-Advanced	International Mobile Telecommunication Advanced (requisitos UIT).
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária.
INI	Infraestrutura Nacional de Informações.
INMARSAT	Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.
INTELSAT	International Telecommunications Satellite Consortium (Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite).
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
IoT	Internet of Things (Internet das Coisas).
IP	Índice de Preços.
IP	Internet Protocol (Protocolo de Internet).
IPAOG/FGV	Índice de Preços por Atacado - Oferta Global.
IPCA/IBGE	Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
IPTF DEA	Índice de Produtividade Total de Fatores DEA.
IPTF F	Índice de Produtividade Total de Fatores Fisher.
IPTV	Internet Protocol TV.
IQF	Índice de Quantidade dos Fatores de Produção (Reajuste Tarifário do STFC).
IQP	Índice de Fator de Produção.
IQP	Índice de Quantidade dos Produtos (Reajuste Tarifário do STFC).
IR	Imposto de Renda.
IREDC	Índice de Reclamação por Erro em Documento de Cobrança.
IRPJ	Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.
IRS	Índice de Reclamação do Serviço.
ISAN	International Standard Audiovisual Number.
ISDB	Integrated Services Digital Broadcasting.
ISDB-C	Integrated Services Digital Broadcasting Cable.
ISDB-S	Integrated Services Digital Broadcasting Satellite Television.
ISDB-T	Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial (Serviços Integrados de Radiodifusão Digital Terrestre).
ISDTV	International System for Digital TV (novo nome do SBTVD).
ISM	Aplicações Industriais, Científicas e Médicas.
ISO	International Standards Organisation.
ISP	Internet Service Provider (vide PSCI).
ISRA	Índice de Solicitações de Reparos Atendidas.
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

IST	Índice de Serviços de Telecomunicações.
ISYDS	Integrated System for Decision Support (vide SIAD).
ITE	Índice Temporal de EUE.
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República).
ITU	International Telecommunication Union (União Internacional de Telecomunicações).
l	Comprimento de Onda.
LABRE	Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão.
LAN	Local Area Network.
LaPCom	Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB.
LBS	Location Based Services.
LDI	Longa Distância Internacional.
LDN	Longa Distância Nacional.
LED	Light Emitting Diode (Diodo Emissor de Luz).
LEP	Lei de Execuções Penais.
LF	Low Frequency.
LGT	Lei Geral de Telecomunicações.
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais.
LLU	Local Loop Unbundling.
LMDS	Local Point-Multipoint Distribution Service.
LPFM	Low-Power FM stations (Rádios Comunitárias).
LRGP	Loudness Rating Guard-Ring Position.
LRIC	Long Run Incremental Costs (Custos Incrementais de Longo Prazo) (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
LSI	Laboratório de Sistemas Integráveis da USP.
LSZH	"Low Smoke and Zero Halogen".
LTE	Long Term Evolution.
LTOG	Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita.
LUSOCOM	Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.
M2M	Machine to Machine (comunicação entre máquinas).
MAN	Metropolitan Area Network.
MdE	Memorando de Entendimento - MdE.
MDGs	Millenium Development Goals (UN Millenium Summit 2000).
MEF	Mobile Entertainment Forum.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
MF	Medium Frequency (Média Frequência).
MICS	Sistemas de Comunicações de Implantes Médicos.
MIFR	Master International Frequency Register (Registro Mestre da UIT).
MIN	Valor do Minuto de Tarifação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
MINFRA	Ministério da Infraestrutura (Extinto pela Lei 8.422, de 13/05/1992).
MMDS	Multichannel Multipoint Distribution Service (Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal).
MMS	Multimedia Message.
MMSI	Identidade do Serviço Limitado Móvel Marítimo.
MMSI	Maritime Mobile Service Identity.

MNO	Mobile Network Operator (Operador de Rede Móvel).
MOB	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para os serviços móveis.
MOB-87	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para os Serviços Móveis, realizada em 1987.
MORAN	Modelo Ran Sharing.
MOS	Mean Opinion Score (Pontuação Média de Opinião).
MSCID	Mobile Switching Center Identification.
MT	Linha de distribuição de Média Tensão.
MVNO	Mobile Virtual Network Operator (Operador de Rede Virtual Móvel).
MVPD	Multichannel Video Programming Distributors (Provedores de Programação de Vídeo Multicanal).
NBM	Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.
NC	Noise Criteria.
NCL	Nested Context Language (Interatividade do ISDB-T: linguagem do ambiente Ginga-NCL).
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul.
NFC	Near Field Communications.
NFST	Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações.
NGN	Next Generation Network.
NGT	Norma Geral de Telecomunicações (Ministério das Comunicações).
NMI	NetMundial Initiative.
NOPRED	Notificação Preliminar de Desastres - Formulário (Sistema Nacional de Defesa Civil).
NPOESS	National Polar-Orbiting Environmental Satellite System.
NRA	National Regulatory Authorities (União Européia).
NSR	Nível do Sinal Recebido.
NUDEC	Núcleo Comunitário de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
NWA	Nomadic Wireless Access (Aplicação Nomádica).
NWICO	New World Information and Communication Order.
OCC	Organismo de Certificação Credenciado.
OCD	Organismo de Certificação Designado.
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).
OFDM	Orthogonal Frequency Division Multiplexing (Multiplexação Ortogonal por Divisão de Frequência).
OFDMA	Orthogonal Frequency-Division Multiple Access.
OIT	Oxidative Induction Time (Tempo de Indução Oxidativa).
OL	Oscilador Local.
OM	Onda Média.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
OPGW	Optical Ground Wire (Cabos Para-raios com Fibras Ópticas).
OPI	Oferta Pública de Interconexão.
ORB-85	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para uso da Órbita de Satélites Geoestacionários e o Planejamento dos Serviços Espaciais que a Utilizam, realizada em 1985.
OSA	Opportunistic Spectrum Access.

OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
OT	Onda Tropical.
OTI	Organización de Televisión Iberoamericana.
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento.
PAC	Plano Anual de Capacitação (Capacitação Profissional nas Agências Reguladoras).
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento (Programa de Governo de Janeiro de 2007).
PADIS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS).
PADO	Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações).
PAF	Processo Administrativo Fiscal (ANATEL).
PAI	Processo de Apuração de Infração.
PAR	Plano de Aplicação de Recursos (FUNTTEL).
PAR-C	Plano de Atendimento Rural Complementar (STFC).
PAR-F	Plano de Atendimento Rural Facultativo (STFC).
PAR-S	Plano de Atendimento Rural Suplementar (STFC).
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PASI	Provedor de Acesso a Serviços de Internet.
PASOO	Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória.
PAT	Parcela Adicional de Transição.
PATVD	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.
PATVD	Programa de Incentivos ao Setor da TV Digital (Integrante do PAC).
PBFM	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada.
PBOC	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Curta.
PBOM	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média.
PBOT	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Tropical.
PBRTV	Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF.
PBTV	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF.
PBTVA	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão por Assinatura.
PBTVD	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital.
PBX	Private Branch Exchange.
PCNR	Parcela de Custo Não Recuperável pela Exploração Eficiente do Serviço (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações).
PCS	Personal Communication Service.
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação.
PDG	Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais).
PDP	Plasma Display Pannel (Painel Mostrador de Plasma).
PDRTVD	Plano de Designação de Canais de Retransmissão de Televisão Digital.
PDTVD	Plano de Designação de Canais de Televisão Digital.
PEP	Peak Envelope Power (Potência de Pico da Envoltória).

PF	Procuradoria Federal no Estado.
PGA	Plano Geral de Autorizações.
PGA-SME	Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Especializado.
PGA-SMP	Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal.
PGCN	Plano Geral de Códigos Nacionais.
PGMC	Plano Geral de Metas de Competição.
PGMQ	Plano Geral de Metas de Qualidade.
PGMQ-2006	Plano Geral de Metas de Qualidade do STFC para a Renovação dos Contratos de Concessão.
PGMQ-SMP	Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal.
PGMU	Plano Geral de Metas de Universalização.
PGMU-2006	Plano Geral de Metas para Universalização do STFC no Regime Público para a Renovação dos Contratos de Concessão.
PGO	Plano Geral de Outorgas.
PGR	Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil.
PGRiscos	Plano de Gestão de Riscos.
PICT	Projeto de Proteção da Infraestrutura Crítica de Telecomunicações (Anatel e CPqD).
PIS	Programa de Integração Social.
PISP	Plano de Indenização por Serviços Prestados (Telebras).
PLC	Power Line Communications.
PMD	Polarization Mode Dispersion (Modo de Polarização por Dispersão) (Cabo de Fibra Óptica).
PMM	Período de Maior Movimento (Televisão por Assinatura (Gênero)).
PMM1	Período de Maior Movimento diurno, das 9h às 11h (STFC).
PMM2	Período de Maior Movimento noturno, das 20h às 22h (STFC).
PMS	Poder de Mercado Significativo.
PMT	Período de Maior Tráfego (PMT).
PNBL	Programa Nacional de Banda Larga.
POI	Ponto de Interconexão.
POP	Post Office Protocol (INTERNET).
POSIC/Anatel	Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL.
PP	Conferência de Plenipotenciários da UIT.
PPA	Plano Plurianual.
PPB	Processo Produtivo Básico.
PPDESS	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
PPDF	Previsão de Demanda e Dados Físicos (Separação e Alocação de Contas).
PPDUR	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências.
ppm	partes por milhão.
PPP	Parceria Público-Privada.
PR	Perda de Retorno.
PRB	Ponto de Referência da Boca.
PRF	Procuradoria Regional Federal.
PRO-REG	Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação.

PROCON	Promotoria de Defesa do Consumidor.
PRODIST	PRODIST – Procedimentos de Distribuição (Energia Elétrica).
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação.
PROM	Plano Regional de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média ou Plano do Rio de Janeiro (Radiodifusão Sonora).
PROTESTE	Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.
ProTIC	Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.
PROUCA	Programa Um Computador por Aluno.
PRRadCom	Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
PSCI	Provedor de Serviço de Conexão à INTERNET.
PSM	Posto de Multifacilidades.
PSM	Posto de Serviço Multifacilidades.
PSO	Procedimento Simplificado de Outorga.
PSP	Potência de Saída da Portadora.
PST	Posto de Serviço de Telecomunicações.
PTR	Ponto de Terminação de Rede.
PTT	Ponto de Troca de Tráfego (Internet).
PUC	Prestação, Utilidade ou Comodidade (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
PVCP	Gerência Geral de Comunicações Pessoais Terrestres (ANATEL).
PVR	Personal Video Recorder.
QuISI	Índice Qualcomm da Sociedade da Inovação.
RadCom	Serviço de Radiodifusão Comunitária.
RAN Sharing	Radio Access Network Sharing.
RBR	Relação de Bens Reversíveis.
RBT	Rede Brasil de Tecnologia.
RBT	Rede de distribuição de Baixa Tensão.
RCBR	Regulamento de Controle de Bens Reversíveis.
RDSI	Rede Digital de Serviços Integrados.
RDSI-FE	Rede Digital de Serviços Integrados - Faixa Estreita.
RDSI-FL	Rede Digital de Serviços Integrados - Faixa Larga.
RE	Recurso Extraordinário.
RECAP	Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras.
RECOMPE	Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional.
REDEC	Regional Estadual de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
REGISTRO.br	Registro de Domínios para a Internet no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
REGULATEL	Foro Latino-Americano de Autoridades Reguladoras das Telecomunicações.
REICOMP	Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional.
RENEC	Rede Nacional de Estações Costeiras.
RENER	Rede Nacional de Emergência de Radioamadores.
RENET	Rede Nacional de Emergência de Prestadoras de Telecomunicações.
REPES	Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação.

REPUBL-Redes	Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações.
REsp	Recurso Especial.
RF	Radiofrequência.
RF	Radiofrequência (Campo Eletromagnético).
RFID	Radio Frequency Identification Device (Sistema de Identificação por Radiofrequência).
RGC	Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações.
RGP	Regulamento Geral de Portabilidade.
RGQ-SCM	Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia.
RGQ-SMP	Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal.
RIQ	Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
RITU	Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária.
RLL	Radio in the Local Loop.
RMT	Rede de distribuição de Média Tensão.
RNI	Radiação Não Ionizante (Campo Eletromagnético).
RNP	Rede Nacional de Pesquisa.
RNR	Rede Nacional de Radiovideometria.
ROL	Receita Operacional Líquida.
RPF	Request for Proposal.
RpTV	Serviço de Repetição de Televisão.
RR	Regulamento de Radiocomunicações da UIT.
RRD	Restricted Radiation Device.
RRV-SMP	SMP por meio de Rede Virtual.
RSAC	Regulamento de Separação e Alocação de Contas.
RSQ	Raiz quadrada da soma dos quadrados.
RTAC	Regulamento de Celebração e Acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.
RTFM	Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.
RTV	Serviço de Retransmissão de Televisão.
RTVA	Serviço de Retransmissão de Televisão com utilização de tecnologia analógica.
RTVC	Serviço de RTV Comercial.
RTVD	Retransmissão de Televisão com Utilização da Tecnologia Digital.
RTVD	Serviço de Retransmissão de Televisão com utilização de tecnologia digital.
RTVE	Serviço de RTV Educativo.
RTVI	Serviço de RTV Institucional.
RUE	Regulamento de Uso do Espectro.
RUER	Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências.
RVU-M	Valor de Referência de VU-M.
SA	Specific Absorption (Absorção Específica).
SAC	Serviço de Atendimento ao Consumidor.

SAC	Stand Alone Cost (Custo Total Individual – Separação e Alocação de Contas).
SACP	Sistema de Acompanhamento de Consulta Pública.
SAM	Serviço Avançado de Mensagens.
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.
SAP	Secondary Audio Programming (Programa Secundário de Áudio).
SAPN	Sistema de Administração dos Recursos de Numeração.
SAR	Specific Absorption Rate (Taxa de Absorção Específica).
SARC	Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.
SART	Transponder de busca e salvamento.
SATVA	Sistema de Acompanhamento das Obrigações das Prestadoras de TV por Assinatura.
SBC	Sistema Brasileiro de Certificação.
SBPJOR	Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.
SBRD	Sistema Brasileiro de Rádio Digital.
SBTVD	Sistema Brasileiro de Televisão Digital.
SBTVD-T	Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
SCI	Serviço de Conexão à INTERNET.
SCM	Serviço de Comunicação Multimídia.
SCMa	Serviço de Comunicação de Massa por assinatura.
SCR	Serviço de Comunicações de Interesse Restrito.
SDE	Secretaria de Direito Econômico (Ministério da Justiça).
SDK	Software Development Kit.
SDN	Software Defined Networking.
SDR	Rádios Definidos por Software.
SeAC	Serviço de Acesso Condicionado.
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ministério da Fazenda).
SECEX	Secretaria de Controle Externo (Tribunal de Contas da União).
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
SEFID	Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Tribunal de Contas da União).
SEI	Sistema Eletrônico de Informações (Ministério das Comunicações).
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SER	Serviço Especial de Radiochamada, Regime Regulatório.
SERDS	Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite.
SET	Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão.
SETA	Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Sistemas de Televisão por Assinatura (Representação empresarial).
SFS	Serviço Fixo por Satélite.
SGAL	Sistema de Gerenciamento de Áreas Locais.
SGB	Sistema Geodésico Brasileiro.
SGB	Sistema Geoestacionário Brasileiro.
SGDC	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.
SGIQ	Sistema de Gerenciamento de Indicadores de Qualidade.
SGME	Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro.
SGT.1	Subgrupo de Trabalho nº 1 – Comunicações do Mercosul.

SHF	Super High Frequency.
SI	Sociedade da Informação.
SIAD	Sistema Integrado de Apoio à Decisão (Programa para obtenção dos Valores de Eficiência DEA).
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIC	Segurança da Informação e Comunicações (ANATEL).
SICAP	Sistema de Controle de Rastreamento de Documentos e Processos.
SICI	Sistema de Coleta de Informação.
SICOM	Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo (Publicidade da Administração Pública Federal).
SIGAnatel	Sistema de Informações Geográficas do Brasil.
SIGEC	Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANATEL.
SINAMOB	Sistema Nacional de Mobilização.
SINAPI/IBGE	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos.
SIN CAB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de TV por Assinatura e Serviços Especiais de Telecomunicações (Representação profissional).
SINDEC	Sistema Nacional de Defesa Civil.
SINDEC	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
SINDER	Sindicato Nacional das Empresas de Radiocomunicações (Representação empresarial).
SINDESB	Sistema de Informações sobre Desastres no Brasil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
SINDISAT	Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Representação empresarial).
SINDITELEBRASIL	Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Serviços de Telecomunicações (Representação empresarial).
SINSTAL	Sindicato Nacional das Empresas Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura e Telecomunicações (Representação empresarial).
SINTEIS	Sindicatos Estaduais dos Trabalhadores em Telecomunicações (Representação profissional).
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia.
SIT	Sistema com Transponder Interrogador.
SITARWEB	Sistema de Informações Técnicas para Administração das Radiocomunicações WEB.
SLD	Serviço por Linha Dedicada.
SLDA	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Analógicos.
SLDD	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Digitais.
SLDT	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Telegráficos.
SLE	Serviço Limitado Especializado.
SLMM	Serviço Limitado Móvel Marítimo.
SLMP	Serviço Limitado Móvel Privativo.
SLP	Serviço Limitado Privado.
SLPR	Serviço Limitado Privado de Radiochamada.
SMA	Serviço Móvel Aeronáutico.
SMC	Serviço Móvel Celular.
SMD	Surface Mounted Device.
SME	Serviço Móvel Especializado.

SMGS	Serviço Móvel Global por Satélite.
SMM	Serviço Móvel Marítimo.
SMP	Serviço Móvel Pessoal.
SMS	Serviço Móvel por Satélite.
SMS	Short Message Service.
SMT	Surface Mounted Technology.
SNC	Secretaria Nacional de Comunicações (MINFRA).
SNOA	Sistema de Negociação das Ofertas de Atacado (PGMC).
Socicom	Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação.
SOCINE	Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema.
SOR	Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (ANATEL).
SORM	System of Operative-Investigative Measures (sistema russo de interceptação legal de comunicações eletrônicas).
SPV	Superintendência de Serviços Privados.
SRA	Serviço de Radiocomunicação Aeronáutica Público-Restrito.
SRC	Superintendência de Relações com Consumidores.
SRD	Short Range Device.
SRD	Sistema de Controle de Radiodifusão.
SRE	Serviço de Radiotáxi Especializado, Regime Regulatório.
SRS	Serviço de Pesquisa Espacial.
SRT	Serviço de Radiotáxi.
SRTT	Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações.
SSB	Single Side Band 'Modulation' (Modulação em Faixa Lateral Simples).
STE	Secretaria de Telecomunicações (Ministério das Comunicações).
STEL	Sistema de Serviços de Telecomunicações.
STF	Supremo Tribunal Federal.
STFC	Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
STM	Superior Tribunal Militar.
STP	Serviço Telefônico Público (em desuso).
STS	Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite.
SUDAM	Superintendencia de Desenvolvimento da Amazônia.
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus.
SVA	Serviço de Valor Adicionado.
TAB	Tarifa Aduaneira do Brasil.
TAC	Termo de Ajuste de Conduta.
TAC	Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.
TAP	Television Association of Programmers (Estados Unidos da América).
TAP	Terminal de Acesso Público.
TAP	Terminal de Acesso Público (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TBSMC	Tarifa Básica do Serviço Móvel Celular.
TCD	Termo de Compromisso de Desempenho.
TCP	Transport Control Protocol (INTERNET).

TCU	Tribunal de Contas da União.
TDD	Time Division Duplexing (Duplexação por Divisão no Tempo).
TDMA	Time Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Tempo).
TEB	Taxa de Erro de Bits.
TEC	Tarifa Externa Comum.
TelComp	Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas.
TELEBRAS	Telecomunicações Brasileiras S.A..
TELEBRASIL	Associação Brasileira de Telecomunicações.
TELEX	Comutação Telegráfica.
TFDR	Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação das Faixas de Domínio das Rodovias (TFDR).
TFEL	Thin-Film Electroluminescent (Displays Eletroluminescentes a Filme Fino).
TFF	Taxa de Fiscalização do Funcionamento.
TFI	Taxa de Fiscalização da Instalação.
THD	Distorção harmônica total.
TIC	Information and Communication Technology.
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
TISA	Traveller Information Services Association.
TIV	Tecnologia de Informação Veicular (Rastreamento de Veículos).
TMC	Traffic Message Channel (Canal de Mensagem de Trânsito).
TME	Tarifa de Mudança de Endereço (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TMN	Telecommunications Management Network.
TOE	Taxa de Onda.
TR	Taxa Referencial.
TRASA	Telecommunications Regulators' Association of Southern Africa.
TRD	Taxa Referencial Diária.
TRF	Tribunal Regional Federal.
TRF1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
TRI	Termo de Responsabilidade de Instalação.
TRX	Transceptor.
TSC	Terminal Móvel de Acesso a Ser Certificado.
TSC	Terminal Portátil a Ser Certificado.
TSE	Tribunal Superior Eleitoral.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.
TT	Tronco/Canal Telefônico de Entrada.
TU	Tarifa de Uso (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TU-COM	Tarifa de Uso de Comutação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TU-M	Tarifa de Uso Móvel.
TU-RIU	Tarifa de Uso de Rede Interurbana.
TU-RIU1	Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 1 (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TU-RIU2	Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 2.
TU-RL	Tarifa de Uso de Rede Local.
TUP	Telefone de Uso Público.

TUP	Telefone de Uso Público (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TVA	Serviço Especial de Televisão por Assinatura.
TVA	Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial).
TVC	TV a Cabo.
Tve	Televisão Educativa.
TVRO	Television Receive Only (TV aberta recebida por satélite, via antena parabólica).
UAC	Unidade de Atendimento de Cooperativa.
UCS	Unidade de Controle do Sistema (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
UHDTV	Ultra High Definition Television (Radiodifusão 8K).
UHF	Ultra High Frequency (Frequência Ultra Alta).
UIT	União Internacional de Telecomunicações (Union Internationale des Télécommunications / Unión Internacional de Telecomunicaciones).
UIT-R	Setor de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações.
UIT-R-SA	Recomendações da UIT sobre Aplicações Espaciais e Meteorologia.
ULEPICC	Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura.
UMB	Ultra Mobile Broadband.
UMTS	Universal Mobile Telecommunications Service (Rede celular 3G).
UNE-P	Desagregação de Plataforma.
UNICEF	United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância).
UO	Unidade Operacional.
UPS	Uninterruptable Power Supply.
UR	Unidade Retificadora.
URA	Unidade de Resposta Audível (SMP – Gestão da Qualidade).
URA	Unidade de Resposta Automática.
URA	Unidade Remota de Assinante.
URD	Unidade Receptora Decodificadora (Serviço de Acesso Condicionado).
URV	Unidade Real de Valor.
USG	Unidade de Supervisão e Gerência (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
USSD	Unstructured Supplementary Service Data (Redes Móveis).
UTP	Unidade de Tarifação para TUP e TAP (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
UTRAN	Universal Terrestrial Radio Access Network.
UWB	Ultrawideband.
UWIA	Ubiquitous Wireless Internet Access.
VBI	Vertical Blanking Interval (Intervalo de Apagamento Vertical).
VC	Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VC-1	Valor de Comunicação 1.
VC-2	Valor de Comunicação 2.
VC-3	Valor de Comunicação 3.
VC-T	Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado).
VC-VST-R	Valor de Comunicação do Visitante em Roaming.
VC1	Valor de Comunicação 1 (Serviço Móvel Pessoal).
VCA	Valor de Chamada Atendida (Serviço Telefônico Fixo Comutado).

VELOX	Serviço de acesso à internet de banda larga comercializado pela empresa Oi.
VHF	Very High Frequency (Frequência Muito Alta).
VIGP	Variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.
VLf	Very Low Frequency.
VM	Valor da Multa (Radiodifusão – Regulamento de Sanções Administrativas).
VMA	Valor de Uso de Meio Adicional (STFC fora da Área de Tarifa Básica).
VMA	Valor de Utilização de Meios Adicionais.
VPA	Valor Patrimonial da Ação.
Vpe	Volt por elemento.
VR	Valor de Referência (Radiodifusão – Regulamento de Sanções Administrativas).
VSAT	Estação Terrena de Pequeno Porte.
VSAT	Very Small Aperture Terminal (Certificação).
VSWR	Relação de Onda Estacionária.
VTP	Valor da Unidade de Tarifação para TUP e TAP (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VU-M	Valor de Remuneração de Uso de Rede do SMP.
VU-M	Valor de Uso de Rede Móvel.
VU-T	Valor de Remuneração de Uso de Rede do SME.
WACC	Weighted Average Cost of Capital (Custo Médio Ponderado de Capital na Separação e Alocação de Contas).
WAN	Wide Area Network.
WAP	Wireless Application Protocol.
WATRA	West Africa Telecommunications Regulators Assembly.
WCDMA	Wideband CDMA (CDMA de banda larga).
WDM	Wavelength Division Multiplexing (Multiplexação por Divisão de Comprimento de Onda).
WDMa	Wavelegth Division Multiple Access (Acesso Múltiplo por Divisão de Comprimento de Onda).
Wi-Fi	Wireless Fidelity (padrão IEEE 802.11).
WIMAX	Worldwide Interoperability for Microwave Access.
WiMesh	WiMesh – Wireless Mesh.
WISP	Wireless Internet Service Provider.
WLAN	Wireless Local Area Network.
WLL	Wireless Local Loop (Rede Local sem Fio).
WMAN	Wireless Metropolitan Area Network.
WP5D	Working Party 5D (Grupo de trabalho da UIT-R responsável pelo IMT).
WSIS	World Summit on the Information Society (Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação – CMSI).
WTPF-09	Fórum Mundial sobre Políticas de Telecomunicações.
WTPF-09	World Telecommunication Policy Forum.
xDSL	x Digital Subscriber Line.
XPD	Cross Polarization Discrimination.
XPOL	Polarização Cruzada.
θ ini	Ângulo Teta Inicial.

Normas e Atos de 2015

Fundamentos

Aspectos Históricos

 Atos

 Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2015

Conceitos Fundamentais



Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Habeas Corpus 128567/MG (HC 128567/MG, de 08 de setembro de 2015) - Relator: Min. Teori Zavascki - Segunda Turma do STF - Unânime - j. 08-09-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 23-09-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Crime de exploração clandestina de atividade de telecomunicação (art. 183 da LGT) não se caracteriza como hipótese de aplicação do princípio da insignificância. Baixa potência do equipamento de telecomunicações utilizado não autoriza atipicidade do crime por aplicação do princípio da insignificância. Trata-se de crime formal, ou seja, que não exige resultado naturalístico, de perigo abstrato, consumando-se com o mero desenvolvimento clandestino da atividade. O eventual dano a terceiro em determinado caso concreto configura causa de aumento de pena e também não autoriza a aplicação do princípio da insignificância, pois o crime não tem como pressuposto a ocorrência do prejuízo econômico: ele visa à proteção de um bem difuso de potencial risco de lesão ao regular funcionamento do sistema de telecomunicações. Desde que caracterizada a habitualidade exigida na tipificação do art. 183 da LGT, que o diferencia da conduta tipificada no art. 70 do CBT, aquele que coloca em funcionamento rádio comunitária de forma irregular com equipamentos de potência superior ao permitido e capaz de interferir em outras atividades de telecomunicações não se beneficia do princípio da insignificância, pois ausentes os requisitos da inexpressividade da lesão jurídica e da mínima ofensividade da conduta.

Era da Informação



Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça - Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1384340 (STJ - RESP 1384340 AgRg/DF - Distrito Federal) - Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino - Terceira Turma do STJ - Unânime - j. 05-05-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 12-05-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) não se aplica a fatos pretéritos a sua edição. Comentário ofensivo postado no ORKUT é de responsabilidade do provedor de hospedagem devidamente notificado que não providenciou a identificação do IP do autor da defesa, mesmo que a impossibilidade de identificação do ofensor resulte de caso fortuito ou força maior ocorridos durante o atraso na identificação do IP do autor da ofensa.



Normatização

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- ✓ Exigência de obrigatória acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso por pessoa com deficiência.

Liberdade de Expressão



Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça - Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1384340 (STJ - RESP 1384340 AgRg/DF - Distrito Federal) - Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino - Terceira Turma do STJ - Unânime - j. 05-05-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 12-05-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) não se aplica a fatos pretéritos a sua edição. Comentário ofensivo postado no ORKUT é de responsabilidade do provedor de hospedagem devidamente notificado que não providenciou a identificação do IP do autor da defesa, mesmo que a impossibilidade de identificação do ofensor resulte de caso fortuito ou força maior ocorridos durante o atraso na identificação do IP do autor da ofensa.



Normatização

Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social

Direito à Privacidade

Tema Conexo: Políticas de Telecomunicações : Sigilo em Telecomunicações.



Normatização

Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015 - Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

- ✓ A arbitragem que envolva a administração pública respeita o princípio da publicidade.

Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social

Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de Agosto de 2015 - Aprova o Regulamento de Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas

Nacionais e estabelece regras específicas para o cumprimento do Compromisso de Aquisição de Produtos de Tecnologia Nacional

↳ **Anexo** - Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais

Infraestrutura de Telecomunicações



Normatização

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

- ✓ Exclusiva competência da União sobre a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações, inclusive sobre seleção de tecnologia, topologia das redes e qualidade dos serviços prestados.

Compartilhamento de Infraestrutura



Normatização

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

- ✓ Obrigatoriedade do compartilhamento de infraestrutura da capacidade excedente da infraestrutura de suporte, exceto justificado motivo técnico e respeitado o patrimônio urbanístico, histórico, cultural, turístico e paisagístico.

Bem Público (utilização e restrição)



Normatização

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

Resolução da ANATEL nº 660, de 28 de dezembro de 2015 - Altera o Regulamento do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução nº 451, de 8 de dezembro de 2006

Redes de Telecomunicações



Normatização

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

- ✓ Exclusiva competência da União sobre a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações, inclusive sobre seleção de tecnologia, topologia das redes e qualidade dos serviços prestados.

Interconexão



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. nº 480/2015) - É ilícito o incentivo à realização de acessos discados à internet em horário de tarifa reduzida sob a promessa de que os usuários de STFC sejam remunerados pelo tempo de conexão ao provedor de acesso à internet, caracterizando a conduta prevista no art. 29 do Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 410/2015, de uso indevido das rotas de interconexão para cursar tráfego artificialmente gerado além do “estritamente necessário à prestação do serviço” (art. 152 da LGT), bem como é possível a imposição de determinação administrativa de interrupção de tráfego, ou bloqueio de interconexão, para correção da conduta e devolução de valores pagos a mais, independentemente de ampla defesa e contraditório, por se tratar de ato de ofício da ANATEL para coibir conduta ilícita de regulado.

Numeração dos Serviços



Normatização

Resolução da ANATEL nº 660, de 28 de dezembro de 2015 - Altera o Regulamento do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução nº 451, de 8 de dezembro de 2006

Equipamentos de Telecomunicações

Antenas



Normatização

Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho

de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1o de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

- ✓ Isenta do pagamento das Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento de estações de telecomunicações as estações rádio base, e repetidoras, de baixa potência dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo cuja potência de pico máxima, medida na saída do transmissor, não seja superior a 5W e 10W sofrerão a cobrança de 10% dos valores de taxas de fiscalização de instalação aplicáveis às demais estações rádio base.

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

Estações de Telecomunicações



Normatização

Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho

de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

- ✓ Isenta do pagamento das Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento de estações de telecomunicações as estações rádio base, e repetidoras, de baixa potência dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo cuja potência de pico máxima, medida na saída do transmissor, não seja superior a 5W e 10W sofrerão a cobrança de 10% dos valores de taxas de fiscalização de instalação aplicáveis às demais estações rádio base.

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

Terminais



Normatização

Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho

de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1o de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

- ✓ Isenta do pagamento das Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento de estações de telecomunicações as estações rádio base, e repetidoras, de baixa potência dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo cuja potência de pico máxima, medida na saída do transmissor, não seja superior a 5W e 10W sofrerão a cobrança de 10% dos valores de taxas de fiscalização de instalação aplicáveis às demais estações rádio base.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- ✓ O art. 66 da Lei 13.146/2015 estabelece o dever do poder público de incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade, entre outras tecnologias assistivas.

Espectro de Radiofrequência

Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência



Normatização

Resolução da ANATEL nº 648, de 11 de fevereiro de 2015 - Destina faixas de radiofrequências para o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)



Normatização

Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015 - Regulamenta o uso da faixa de 174 MHz a 216 MHz (VHF alto) para TV Digital

Resolução da ANATEL nº 657, de 3 de novembro de 2015 - Altera o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz, aprovado pela Resolução nº 454, de 11 de dezembro de 2006

Direito de Uso de Radiofrequência



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015 (Ref. nº 53/2015) - A renúncia de outorgas de radiofrequências para cumprimento de

exigência editalícia em licitação realizada pela ANATEL opera efeitos de extinção das outorgas renunciadas imediatamente após decorrido o prazo fixado no compromisso apostado aos autos do processo e a despeito da comprovação de início de negociações para transferência das outorgas correspondentes, não cabendo à licitante opor ao ato de extinção o fato de que não teria ultimado a transferência das outorgas ou do controle societário das empresas que detivessem outorgas nas subfaixas e áreas de prestação renunciadas pela licitante para pessoa não pertencente a seu grupo econômico. Alcançado o termo final do prazo compromissado sem a transferência de outorgas ou de controle societário das empresas que as detiverem, compete à ANATEL extinguir unilateralmente as outorgas abdicadas como exigência licitatória, independentemente da demora nas negociações privadas, exceto o caso de mora atribuível a ato ou inação da Administração Pública na anuência prévia correspondente.

Administração do Setor de Telecomunicações

Fiscalização das Telecomunicações



Jurisprudência

Tribunal de Contas da União - Acórdão do TCU nº 3311, de 09 de dezembro de 2015 - Relator: Min. Benjamin Zymler - Plenário do TCU - Unânime - j. 09-12-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Determinações à ANATEL sobre o acompanhamento dos bens reversíveis das concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado, bem como exigência de que a ANATEL disponibilize em seu sítio eletrônico, no prazo de 210 dias da ciência do acórdão, todas as relações de bens reversíveis de 2009 a 2014, contendo todos os dados classificados como sendo de caráter público, em formato de arquivo aberto, não-proprietário, estruturado e legível por máquina.

Supremo Tribunal Federal - Habeas Corpus 128567/MG (HC 128567/MG, de 08 de setembro de 2015) - Relator: Min. Teori Zavascki - Segunda Turma do STF - Unânime - j. 08-09-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 23-09-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Crime de exploração clandestina de atividade de telecomunicação (art. 183 da LGT) não se caracteriza como hipótese de aplicação do princípio da insignificância. Baixa potência do equipamento de telecomunicações utilizado não autoriza atipicidade do crime por aplicação do princípio da insignificância. Trata-se de crime formal, ou seja, que não exige resultado naturalístico, de perigo abstrato, consumando-se com o mero desenvolvimento clandestino da atividade. O eventual dano a terceiro em determinado caso concreto configura causa de aumento de pena e também não autoriza a aplicação do princípio da insignificância, pois o crime não tem como pressuposto a ocorrência do prejuízo econômico: ele visa à proteção de um bem difuso de potencial risco de lesão ao regular funcionamento do sistema de telecomunicações. Desde que caracterizada a habitualidade exigida na tipificação do art. 183 da LGT, que o diferencia da conduta tipificada no art. 70 do CBT, aquele que coloca em funcionamento rádio comunitária de forma irregular com equipamentos de potência superior ao permitido e capaz de interferir em outras atividades de telecomunicações não se beneficia do princípio da insignificância, pois ausentes os requisitos da inexpressividade da lesão jurídica e da mínima ofensividade da conduta.



Normatização

Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015 - Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

- ✓ Impossibilidade de submissão de direitos indisponíveis à arbitragem envolvendo a administração pública.

Portaria MC nº 294, de 30 de janeiro de 2015 - Estabelece o valor máximo da multa por infração às disposições da Lei 4.117/62 ou demais normas aplicáveis aos serviços de radiodifusão e seus anclares.

Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

- ➔ - Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

Tributação no Setor de Telecomunicações



Jurisprudência

Tribunal de Contas da União - Acórdão TCU 2320, de 16 de setembro de 2015 - Relator: Min. Ministro Vital do Rêgo - Plenário do TCU - Unânime - j. 16-09-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Uso indevido de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) para abertura de créditos adicionais destinados ao custeio de ações estranhas aos serviços de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações fere a caracterização de tais recursos como fontes vinculadas. É possível, entretanto, a desvinculação de tais recursos mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional. A receita excedente deve constar, segundo determinação do TCU À ANATEL, de quadro demonstrativo do planejamento plurianual das receitas e despesas que acompanhe as propostas orçamentárias da autarquia e do FISTEL. Entendimento majoritário de que a afetação de receitas é característica das contribuições e não das taxas, desde que norma específica dê tratamento de uso livre dos saldos e que sejam preservadas continuamente as finalidades inicialmente estabelecidas pela taxa.



Normatização

Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos

9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

- ✓ Isenta do pagamento das Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento de estações de telecomunicações as estações rádio base, e repetidoras, de baixa potência dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo cuja potência de pico máxima, medida na saída do transmissor, não seja superior a 5W e 10W sofrerão a cobrança de 10% dos valores de taxas de fiscalização de instalação aplicáveis às demais estações rádio base.

Prestação de Serviços

Licitação



Normatização

Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro

de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1o de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

- ✓ Autorização legal para parcelamento de preço público devido em razão da outorga de serviços de radiodifusão.



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015 (Ref. nº 53/2015) - A renúncia de outorgas de radiofrequências para cumprimento de exigência editalícia em licitação realizada pela ANATEL opera efeitos de extinção das outorgas renunciadas imediatamente após decorrido o prazo fixado no compromisso apostado aos autos do processo e a despeito da comprovação de início de negociações para transferência das outorgas correspondentes, não cabendo à licitante opor ao ato de extinção o fato de que não teria ultimado a transferência das outorgas ou do controle societário das empresas que detivessem outorgas nas subfaixas e áreas de prestação renunciadas pela licitante para pessoa não pertencente a seu grupo econômico. Alcançado o termo final do prazo compromissado sem a transferência de outorgas ou de controle societário das empresas que as detiverem, compete à ANATEL extinguir unilateralmente as outorgas abdicadas como exigência licitatória, independentemente da demora nas negociações privadas, exceto o caso de mora atribuível a ato ou inação da Administração Pública na anuência prévia correspondente.

Espécies de Outorga

Concessão (regras aplicáveis)



Jurisprudência

Tribunal de Contas da União - Acórdão do TCU nº 3311, de 09 de dezembro de 2015 - Relator: Min. Benjamin Zymler - Plenário do TCU - Unânime - j. 09-12-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Determinações à ANATEL sobre o acompanhamento dos bens reversíveis das concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado, bem como exigência de que a ANATEL disponibilize em seu sítio eletrônico, no prazo de 210 dias da ciência do acórdão, todas as relações de bens reversíveis de 2009 a 2014, contendo todos os dados classificados como sendo de caráter público, em formato de arquivo aberto, não-proprietário, estruturado e legível por máquina.

Supremo Tribunal Federal - Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 811620 (RE 811620 AgR/MG) - Relator: Min. Edson Fachin - Plenário do STF - Unânime - j. 13-10-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 28-10-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual para cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo de instalações de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações por invasão de competência legislativa da União.

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.615 (ADI 2.615 - Santa Catarina) - Relator: Min. Eros Grau - Plenário do STF - Maioria - j. 11-03-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 11-03-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual sobre as condições de cobrança do valor da assinatura básica por invasão de competência da União. O argumento de que se trata de direito do consumidor não autoriza estado-membro da federação a legislar sobre assinatura básica.

Supremo Tribunal Federal - Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário 456534 Embargos de Declaração - (RE 456534/RS) - Relator: Min. Luís Roberto Barroso - Relator para o Acórdão: Min. Aldir Passarinho - Primeira Turma do STF - Unânime - j. 23-06-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 06-08-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações. A cobrança da taxa em razão do exercício do poder de polícia municipal para fiscalização quanto ao atendimento de regras de posturas municipais, desde que prevista em lei, é constitucional. O exercício de poder de polícia *in casu* é presumido.



Normatização

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997.

- ✓ O art. 32, §5º da Lei 13.140/2015 dispõe que se compreende na competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos as questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa

- ➔ **Anexo I** - Requerimento de Demonstração de Interesse
- ➔ **Anexo II** - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- ➔ **Anexo III** - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Privado
- ➔ **Anexo IV** - Documentos Necessários para Habilitação
- ➔ **Anexo V** - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- ➔ **Anexo VI** - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Privado
- ➔ **Anexo VII** - Alteração de Quadro Diretivo

Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

- ➔ - Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015 - Aprova a alteração da Cláusula 3.2 do Contrato de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, para ampliar prazo para a realização de alterações referentes ao período de 2016 a 2020

- ✓ Altera a data da penúltima revisão quinquenal dos contratos de concessão do STFC de 31 de dezembro de 2015 para 30 de abril de 2016.

Permissão (regras aplicáveis)



Normatização

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997.

- ✓ O art. 32, §5º da Lei 13.140/2015 dispõe que se compreende na competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos as questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa

- ➔ **Anexo I** - Requerimento de Demonstração de Interesse

- ➔ **Anexo II** - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- ➔ **Anexo III** - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Privado
- ➔ **Anexo IV** - Documentos Necessários para Habilitação
- ➔ **Anexo V** - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- ➔ **Anexo VI** - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Privado
- ➔ **Anexo VII** - Alteração de Quadro Diretivo

Autorização (regras aplicáveis)



Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 811620 (RE 811620 AgR/MG) - Relator: Min. Edson Fachin - Plenário do STF - Unânime - j. 13-10-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 28-10-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual para cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo de instalações de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações por invasão de competência legislativa da União.

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.615 (ADI 2.615 - Santa Catarina) - Relator: Min. Eros Grau - Plenário do STF - Maioria - j. 11-03-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 11-03-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual sobre as condições de cobrança do valor da assinatura básica por invasão de competência da União. O argumento de que se trata de direito do consumidor não autoriza estado-membro da federação a legislar sobre assinatura básica.

Supremo Tribunal Federal - Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário 456534 Embargos de Declaração - (RE 456534/RS) - Relator: Min. Luís Roberto Barroso - Relator para o Acórdão: Min. Aldir Passarinho - Primeira Turma do STF - Unânime - j. 23-06-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 06-08-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações. A cobrança da taxa em razão do exercício do poder de polícia municipal para fiscalização quanto ao atendimento de regras de posturas municipais, desde que prevista em lei, é constitucional. O exercício de poder de polícia *in casu* é presumido.

Preço Público e Preço Privado



Normatização

Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos

9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 10 de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

✓ Autorização legal para parcelamento de preço público devido em razão da outorga de serviços de radiodifusão.

Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015 - Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

✓ Possibilidade de arbitragem envolvendo a administração pública, desde que sobre direitos patrimoniais disponíveis.

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997.

✓ O art. 32, §5º da Lei 13.140/2015 dispõe que se compreende na competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos as questões que

envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

Resolução da ANATEL nº 660, de 28 de dezembro de 2015 - Altera o Regulamento do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução nº 451, de 8 de dezembro de 2006

Processo Administrativo



Normatização

Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa

- ➔ **Anexo I** - Requerimento de Demonstração de Interesse
- ➔ **Anexo II** - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- ➔ **Anexo III** - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Privado
- ➔ **Anexo IV** - Documentos Necessários para Habilitação
- ➔ **Anexo V** - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- ➔ **Anexo VI** - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Privado
- ➔ **Anexo VII** - Alteração de Quadro Diretivo



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 31 de julho de 2015 (Ref. nº 305/2015) - Tempestividade de recurso administrativo deve ser certificada do momento do seu recebimento no protocolo da Agência, não da postagem do documento.

Políticas de Telecomunicações

Política Industrial



Normatização

Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de Agosto de 2015 - Aprova o Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais e estabelece regras específicas para o cumprimento do Compromisso de Aquisição de Produtos de Tecnologia Nacional

- ➔ **Anexo** - Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais

Concorrência no Setor de Telecomunicações

- Concorrência no Setor de Telecomunicações
- O Serviço de Comunicação Multimídia apresenta-se como serviço convergente com pretensão de introduzir utilidades concorrentes às fornecidas por serviços tradicionais do setor.



Normatização

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015 (Ref. nº 53/2015) - A renúncia de outorgas de radiofrequências para cumprimento de exigência editalícia em licitação realizada pela ANATEL opera efeitos de extinção das outorgas renunciadas imediatamente após decorrido o prazo fixado no compromisso apostado aos autos do processo e a despeito da comprovação de início de negociações para transferência das outorgas correspondentes, não cabendo à licitante opor ao ato de extinção o fato de que não teria ultimado a transferência das outorgas ou do controle societário das empresas que detivessem outorgas nas subfaixas e áreas de prestação renunciadas pela licitante para pessoa não pertencente a seu grupo econômico. Alcançado o termo final do prazo compromissado sem a transferência de outorgas ou de controle societário das empresas que as detiverem, compete à ANATEL extinguir unilateralmente as outorgas abdicadas como exigência licitatória, independentemente da demora nas negociações privadas, exceto o caso de mora atribuível a ato ou inação da Administração Pública na anuência prévia correspondente.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015 - Concede anuência prévia à transferência do controle integral da GVT PARTICIPAÇÕES S/A para a TELEFÔNICA BRASIL S/A, mediante condicionamentos de eliminação de sobreposição de outorgas do STFC, de assunção pela adquirente das obrigações de manutenção de cobertura geográfica e continuidade de atendimento do STFC, SCM e SeAC, de manutenção das ofertas de planos de serviços e ofertas conjuntas de STFC, SCM e SeAC então vigentes pelo prazo mínimo de 18 meses, de manutenção dos contratos em vigor com os usuários ao tempo da operação pelo prazo mínimo de 18 meses, de expansão da cobertura da rede e dos princípios serviços de telecomunicações envolvidos na operação, dentre outros.

Universalização e Massificação



Normatização

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

Acesso às Telecomunicações

Portador de Deficiência



Normatização

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- ✓ Determina que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica. Também determina que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos recursos de subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de Libras, e autodescrição, bem como torna obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso por pessoa com deficiência.

Financiamento da Universalização e Massificação



Normatização

Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015 - Altera a Portaria nº 376, de 19 de agosto de 2011, referente à instituição do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais

- ✓ Previsão de que a execução de ações de implantação de infraestrutura de conexão entre órgãos e equipamentos públicos locais e à internet, inclusive por meio de construção de backhaul, poderão ser executadas por meio de recursos oriundos de emendas parlamentares.

Metas de Universalização



Normatização

Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015 - Aprova a alteração da Cláusula 3.2 do Contrato de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, para ampliar prazo para a realização de alterações referentes ao período de 2016 a 2020

- ✓ Altera a data da penúltima revisão quinquenal dos contratos de concessão do STFC de 31 de dezembro de 2015 para 30 de abril de 2016.

Fundos Setoriais de Telecomunicações

FISTEL



Jurisprudência

Tribunal de Contas da União - Acórdão TCU 2320, de 16 de setembro de 2015 - Relator: Min. Ministro Vital do Rêgo - Plenário do TCU - Unânime - j. 16-09-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Uso indevido de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) para abertura de créditos adicionais destinados ao custeio de ações estranhas aos serviços de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações fere a caracterização de tais

recursos como fontes vinculadas. É possível, entretanto, a desvinculação de tais recursos mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional. A receita excedente deve constar, segundo determinação do TCU À ANATEL, de quadro demonstrativo do planejamento plurianual das receitas e despesas que acompanhe as propostas orçamentárias da autarquia e do FISTEL. Entendimento majoritário de que a afetação de receitas é característica das contribuições e não das taxas, desde que norma específica dê tratamento de uso livre dos saldos e que sejam preservadas continuamente as finalidades inicialmente estabelecidas pela taxa.



Normatização

Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 10 de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

- ✓ Isenta do pagamento das Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento de estações de telecomunicações as estações rádio base, e repetidoras, de baixa

potência dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo cuja potência de pico máxima, medida na saída do transmissor, não seja superior a 5W e 10W sofrerão a cobrança de 10% dos valores de taxas de fiscalização de instalação aplicáveis às demais estações rádio base.

Qualidade do Serviço

Normatização

Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

- ➔ - Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

Controle Social, Hierárquico e Interorgânico

Normatização

Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015 - Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

- ✓ Impossibilidade de submissão de direitos indisponíveis à arbitragem envolvendo a administração pública.

Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

- ➔ - Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

Atos

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2015

Sigilo em Telecomunicações

Tema Conexa: Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Direito à Privacidade.

Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações

Quanto ao Regime Jurídico de Prestação

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 811620 (RE 811620 AgR/MG) - Relator: Min. Edson Fachin - Plenário do STF - Unânime - j. 13-10-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 28-10-2015. [Catalogação de Márcio Íório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual para cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo de instalações de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações por invasão de competência legislativa da União.

Quanto ao Interesse

Serviço de Interesse Coletivo



Normatização

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- ✓ Determina que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica.

Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

- ➔ - Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

Serviço de Interesse Restrito



Normatização

Resolução da ANATEL nº 651, de 13 de abril de 2015 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo

- ➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo

Quanto ao Gênero

Serviço Limitado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 651, de 13 de abril de 2015 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo

- ➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo

Serviço de Valor Adicionado



Normatização

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- ✓ Exigência de obrigatória acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso por pessoa com deficiência.

Serviço de Radiodifusão

Tema Conexo: Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão.

Serviços no Setor de Telecomunicações

Internet



Normatização

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- ✓ Exigência de obrigatória acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso por pessoa com deficiência.

Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social

Portaria MC nº 320, de 12 de janeiro de 2015 - Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes.

- ➔ **Anexo** - Alterações dos percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional

Radiodifusão

Temas Conexos: Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço de Radiodifusão e Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério das Comunicações.

Competência da Presidência da República para outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, e do Ministério das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.



Normatização

Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004,

11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1o de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

✓ Autorização legal para parcelamento de preço público devido em razão da outorga de serviços de radiodifusão.

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2o do art. 6o da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997.

✓ O art. 32, §5º da Lei 13.140/2015 dispõe que se compreende na competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos as questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social

Portaria MC nº 294, de 30 de janeiro de 2015 - Estabelece o valor máximo da multa por infração às disposições da Lei 4.117/62 ou demais normas aplicáveis aos serviços de radiodifusão e seus anclares.

Portaria MC nº 6.413, de 20 de novembro de 2015 - Altera a Norma Regulamentar do Canal de Cidadania, aprovado pela Portaria nº 489, de 18 de dezembro de 2012

Rádiodifusão Comunitária



Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Habeas Corpus 128567/MG (HC 128567/MG, de 08 de setembro de 2015) - Relator: Min. Teori Zavascki - Segunda Turma do STF - Unânime - j. 08-09-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 23-09-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Crime de exploração clandestina de atividade de telecomunicação (art. 183 da LGT) não se caracteriza como hipótese de aplicação do princípio da insignificância. Baixa potência do equipamento de telecomunicações utilizado não autoriza atipicidade do crime por aplicação do princípio da insignificância. Trata-se de crime formal, ou seja, que não exige resultado naturalístico, de perigo abstrato, consumando-se com o mero desenvolvimento clandestino da atividade. O eventual dano a terceiro em determinado caso concreto configura causa de aumento de pena e também não autoriza a aplicação do princípio da insignificância, pois o crime não tem como pressuposto a ocorrência do prejuízo econômico: ele visa à proteção de um bem difuso de potencial risco de lesão ao regular funcionamento do sistema de telecomunicações. Desde que caracterizada a habitualidade exigida na tipificação do art. 183 da LGT, que o diferencial da conduta tipificada no art. 70 do CBT, aquele que coloca em funcionamento rádio comunitária de forma irregular com equipamentos de potência superior ao permitido e capaz de interferir em outras atividades de telecomunicações não se beneficia do princípio da insignificância, pois ausentes os requisitos da inexpressividade da lesão jurídica e da mínima ofensividade da conduta.

Rádio Aberta



Normatização

Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa

- ➔ **Anexo I** - Requerimento de Demonstração de Interesse
- ➔ **Anexo II** - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- ➔ **Anexo III** - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Privado
- ➔ **Anexo IV** - Documentos Necessários para Habilitação
- ➔ **Anexo V** - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- ➔ **Anexo VI** - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Privado
- ➔ **Anexo VII** - Alteração de Quadro Diretivo

Televisão Aberta



Normatização

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- ✓ O art. 67 da Lei 13.146/2015 determina que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos recursos de subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de Libras, e autodescrição.

TV Digital



Normatização

Lei nº 13.159, de 10 de agosto de 2015 - Altera a Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.

Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital e dá outras providências

- ➔ **Anexo I** - Manifestação Formal de Interesse
- ➔ **Anexo II** - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas de Direito Público Interno (Estados, Distrito Federal e Municípios)
- ➔ **Anexo III** - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas integrantes da Administração Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal
- ➔ **Anexo IV** - Documentos Necessários para Habilitação de Concessionárias do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens interessadas na Execução do Serviço de RTV para Retransmitir seus próprios sinais
- ➔ **Anexo V** - Documentos Necessários para Habilitação de Demais Pessoas Jurídicas
- ➔ **Anexo VI** - Declaração de Concordância

Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015 - Regulamenta o uso da faixa de 174 MHz a 216 MHz (VHF alto) para TV Digital

Portaria MC nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital e dá outras providências

- ➔ **Anexo I** - Continuidade do Serviço de RTV em Tecnologia Digital
- ➔ **Anexo II** - Alteração de Características Técnicas para o Serviço de RTVD
- ➔ **Anexo III** - Proposta para Aprovação de Locais e Equipamentos – RTVD
- ➔ **Anexo IV** - Continuidade do Serviço de RTV em Tecnologia Digital

Portaria MC nº 6.580, de 2 de dezembro de 2015 - Requer relatório consubstanciado sobre a evolução do processo de transição para a TV Digital do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (GIREDD), bem como altera a Portaria MC nº 4.287, de 22 de setembro de 2015 e a Portaria MC nº 925, de 22 de agosto de 2014 para, dentre outras coisas, autorizar o desligamento antecipado do sinal analógico nos casos que especifica

Portaria Interministerial nº 2.098, de 14 de maio de 2015 - Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Educação no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T

Portaria Interministerial nº 4.074, de 26 de Agosto de 2015 - Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Cultura no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre

Serviço Limitado Especializado (SLE)

Normatização

Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015 - Aprova a Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE), na forma do Anexo a esta Resolução, altera a Resolução nº 454/2006 e seus anexo, e dá outras disposições.

- ➔ **Anexo** - Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE)

Serviço Limitado Móvel Privado

Normatização

Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015 - Aprova a Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE), na forma do Anexo a esta Resolução, altera a Resolução nº 454/2006 e seus anexo, e dá outras disposições.

- ➔ **Anexo** - Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE)
- ✓ Determina que não sejam expedidas novas autorizações de uso de radiofrequências, prorrogado o prazo de autorizações em vigor, licenciada nova estação ou consignada nova radiofrequência nos canais de 1 a 500 na faixa de 806 a 821 MHz e 851 a 866 MHz para o SLMP.

Serviço Limitado Privado

Normatização

Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015 - Aprova a Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE), na forma do Anexo a esta Resolução, altera a Resolução nº 454/2006 e seus anexo, e dá outras disposições.

- ➔ **Anexo** - Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE)

Serviço Móvel Especializado ou Trunking ou Trunk ou Sistema Troncalizado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015 - Aprova a Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE), na forma do Anexo a esta Resolução, altera a Resolução nº 454/2006 e seus anexos, e dá outras disposições.

➔ **Anexo** - Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE)

Serviço Móvel Marítimo



Normatização

Resolução da ANATEL nº 651, de 13 de abril de 2015 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo

Serviço Móvel Pessoal (SMP)



Normatização

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

✓ Determina que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica.

Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015 - Aprova a Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE), na forma do Anexo a esta Resolução, altera a Resolução nº 454/2006 e seus anexos, e dá outras disposições.

➔ **Anexo** - Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE)

✓ Destinação das subfaixas de 806 a 821 MHz e 851 a 866 MHz ao SMP sem prejuízo de destinação ao Serviço Móvel Especializado - SME.

Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

➔ - Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015 - Aprova o Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública

- ➔ **Anexo** - Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)



Jurisprudência

Tribunal de Contas da União - Acórdão do TCU nº 3311, de 09 de dezembro de 2015 - Relator: Min. Benjamin Zymler - Plenário do TCU - Unânime - j. 09-12-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Determinações à ANATEL sobre o acompanhamento dos bens reversíveis das concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado, bem como exigência de que a ANATEL disponibilize em seu sítio eletrônico, no prazo de 210 dias da ciência do acórdão, todas as relações de bens reversíveis de 2009 a 2014, contendo todos os dados classificados como sendo de caráter público, em formato de arquivo aberto, não-proprietário, estruturado e legível por máquina.

Supremo Tribunal Federal - Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 811620 (RE 811620 AgR/MG) - Relator: Min. Edson Fachin - Plenário do STF - Unânime - j. 13-10-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 28-10-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual para cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo de instalações de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações por invasão de competência legislativa da União.

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.615 (ADI 2.615 - Santa Catarina) - Relator: Min. Eros Grau - Plenário do STF - Maioria - j. 11-03-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 11-03-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual sobre as condições de cobrança do valor da assinatura básica por invasão de competência da União. O argumento de que se trata de direito do consumidor não autoriza estado-membro da federação a legislar sobre assinatura básica.



Normatização

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2o do art. 6o da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997.

- ✓ O art. 32, §5º da Lei 13.140/2015 dispõe que se compreende na competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos as questões que

envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- ✓ Determina que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica.

Resolução da ANATEL nº 652, de 27 de maio de 2015 - Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC

Resolução da ANATEL nº 653, de 13 de julho de 2015 - Aprova alteração do Anexo I ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para inserir: a) o município de Paraíso das Águas, no estado do Mato Grosso do Sul, na Área de Tarifação 672K (Costa Rica) e atribuir-lhe o Código Nacional 67; b) o município de Mojuí dos Campos, no estado do Pará, na Área de Tarifação 915 (Santarém) e atribuir-lhe o Código Nacional 93; c) o município de Pinto Bandeira, no estado do Rio Grande do Sul, na Área de Tarifação 542C (Bento Gonçalves) e atribuir-lhe o Código Nacional 54; d) o município de Pescaria Brava, no estado de Santa Catarina, na Área de Tarifação 486 (Tubarão) e atribuir-lhe o Código Nacional 48; e, e) o município de Balneário Rincão, no estado de Santa Catarina, na Área de Tarifação 484 (Criciúma) e atribuir-lhe o Código Nacional 48

➔ **Anexo I** - Alterações do Anexo I ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público

➔ **Anexo II** - Alterações do Anexo II do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN

Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

➔ - Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015 - Aprova a alteração da Cláusula 3.2 do Contrato de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, para ampliar prazo para a realização de alterações referentes ao período de 2016 a 2020

- ✓ Altera a data da penúltima revisão quinquenal dos contratos de concessão do STFC de 31 de dezembro de 2015 para 30 de abril de 2016.



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015) - Possibilidade de celebração de TAC sobre infração de natureza grave relativa a indícios de prestação não outorgada de STFC, mesmo que a conduta já tenha sido regularizada. A celebração de TAC submete-se ao juízo da autoridade sobre a conveniência e oportunidade do acordo negocial como solução alternativa ao tradicional rito do procedimento sancionador para regularização de condutas infrativas

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015 - Concede anuência prévia à transferência do controle integral da GVT PARTICIPAÇÕES S/A para a TELEFÔNICA BRASIL S/A, mediante condicionamentos de eliminação de sobreposição de outorgas do STFC, de assunção pela adquirente das obrigações de manutenção de cobertura geográfica e continuidade de atendimento do STFC, SCM e SeAC, de manutenção das ofertas de planos de serviços e ofertas conjuntas de STFC, SCM e SeAC então vigentes pelo prazo mínimo de 18 meses, de manutenção dos contratos em vigor com os usuários ao tempo da operação pelo prazo mínimo de 18 meses, de expansão da cobertura da rede e dos princípios serviços de telecomunicações envolvidos na operação, dentre outros.

Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)



Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário 456534 Embargos de Declaração - (RE 456534/RS) - Relator: Min. Luís Roberto Barroso - Relator para o Acórdão: Min. Aldir Passarinho - Primeira Turma do STF - Unânime - j. 23-06-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 06-08-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações. A cobrança da taxa em razão do exercício do poder de polícia municipal para fiscalização quanto ao atendimento de regras de posturas municipais, desde que prevista em lei, é constitucional. O exercício de poder de polícia *in casu* é presumido.



Normatização

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- ✓ Determina que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica.

Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social

Resolução da ANATEL nº 648, de 11 de fevereiro de 2015 - Destina faixas de radiofrequências para o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

- ➔ - Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015 - Aprova o Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública

- ➔ **Anexo** - Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015 - Concede anuência prévia à transferência do controle integral da GVT PARTICIPAÇÕES S/A para a TELEFÔNICA BRASIL S/A, mediante condicionamentos de eliminação de sobreposição de outorgas do STFC, de assunção pela adquirente das obrigações de manutenção de cobertura geográfica e continuidade de atendimento do STFC, SCM e SeAC, de manutenção das ofertas de planos de serviços e ofertas conjuntas de STFC, SCM e SeAC então vigentes pelo prazo mínimo de 18 meses, de manutenção dos contratos em vigor com os usuários ao tempo da operação pelo prazo mínimo de 18 meses, de expansão da cobertura da rede e dos princípios serviços de telecomunicações envolvidos na operação, dentre outros.

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações

➔ - Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015 - Concede anuência prévia à transferência do controle integral da GVT PARTICIPAÇÕES S/A para a TELEFÔNICA BRASIL S/A, mediante condicionamentos de eliminação de sobreposição de outorgas do STFC, de assunção pela adquirente das obrigações de manutenção de cobertura geográfica e continuidade de atendimento do STFC, SCM e SeAC, de manutenção das ofertas de planos de serviços e ofertas conjuntas de STFC, SCM e SeAC então vigentes pelo prazo mínimo de 18 meses, de manutenção dos contratos em vigor com os usuários ao tempo da operação pelo prazo mínimo de 18 meses, de expansão da cobertura da rede e dos princípios serviços de telecomunicações envolvidos na operação, dentre outros.

Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas

Serviço Móvel Aeronáutico



Normatização

Resolução da ANATEL nº 651, de 13 de abril de 2015 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo

Ramos Jurídicos Afins

Direito da Concorrência



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015 - Concede anuência prévia à transferência do controle integral da GVT PARTICIPAÇÕES S/A para a TELEFÔNICA BRASIL S/A, mediante condicionamentos de eliminação de sobreposição de outorgas do STFC, de assunção pela adquirente das obrigações de manutenção de cobertura geográfica e continuidade de atendimento do STFC, SCM e SeAC, de manutenção das ofertas de planos de serviços e ofertas conjuntas de STFC, SCM e SeAC então vigentes pelo prazo mínimo de 18 meses, de manutenção dos contratos em vigor com os usuários ao tempo da operação pelo prazo mínimo de 18 meses, de expansão da cobertura da rede e dos princípios serviços de telecomunicações envolvidos na operação, dentre outros.

Direito Urbanístico



Normatização

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

Aplicações de Telecomunicações

Internet



Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça - Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1384340 (STJ - RESP 1384340 AgRg/DF - Distrito Federal) - Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino - Terceira Turma do STJ - Unânime - j. 05-05-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 12-05-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha] O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) não se aplica a fatos pretéritos a sua edição. Comentário ofensivo postado no ORKUT é de responsabilidade do provedor de hospedagem devidamente notificado que não providenciou a identificação do IP do autor da defesa, mesmo que a impossibilidade de identificação do ofensor resulte de caso fortuito ou força maior ocorridos durante o atraso na identificação do IP do autor da ofensa.



Normatização

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- ✓ Exigência de obrigatoria acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso por pessoa com deficiência.

Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social

Acessibilidade



Normatização

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços



Normatização

Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de agosto de 2015 - Aprova o Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública

➔ **Anexo** - Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública

Banda Larga



Normatização

Portaria MC nº 320, de 12 de janeiro de 2015 - Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REP-NBL-Redes.

➔ **Anexo** - Alterações dos percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional

Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de agosto de 2015 - Aprova o Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais e estabelece regras específicas para o cumprimento do Compromisso de Aquisição de Produtos de Tecnologia Nacional

➔ **Anexo** - Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais

Atores no Setor de Telecomunicações



Jurisprudência

Tribunal de Contas da União - Acórdão TCU 2320, de 16 de setembro de 2015 - Relator: Min. Ministro Vítor do Rêgo - Plenário do TCU - Unânime - j. 16-09-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Uso indevido de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) para abertura de créditos adicionais destinados ao custeio de ações estranhas aos serviços de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações fere a caracterização de tais recursos como fontes vinculadas. É possível, entretanto, a desvinculação de tais recursos mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional. A receita excedente deve constar, segundo determinação do TCU À ANATEL, de quadro demonstrativo do planejamento plurianual das receitas e despesas que acompanhe as propostas orçamentárias da autarquia e do FISTEL. Entendimento majoritário de que a afetação de receitas é característica das contribuições e não das taxas, desde que norma específica dê tratamento de uso livre dos saldos e que sejam preservadas continuamente as finalidades inicialmente estabelecidas pela taxa.

Supremo Tribunal Federal - Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 811620 (RE 811620 AgR/MG) - Relator: Min. Edson Fachin - Plenário do STF - Unânime - j. 13-10-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 28-10-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual para cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo de instalações de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações por invasão de competência legislativa da União.

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.615 (ADI 2.615 - Santa Catarina) - Relator: Min. Eros Grau - Plenário do STF - Maioria - j. 11-03-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 11-03-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual sobre as condições de cobrança do valor da assinatura básica por invasão de competência da União. O argumento de que se trata de direito do consumidor não autoriza estado-membro da federação a legislar sobre assinatura básica.

Supremo Tribunal Federal - Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário 456534 Embargos de Declaração - (RE 456534/RS) - Relator: Min. Luís Roberto Barroso - Relator para o Acórdão: Min. Aldir Passarinho - Primeira Turma do STF - Unânime - j. 23-06-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 06-08-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações. A cobrança da taxa em razão do exercício do poder de polícia municipal para fiscalização quanto ao atendimento de regras de posturas municipais, desde que prevista em lei, é constitucional. O exercício de poder de polícia *in casu* é presumido.

ANATEL



Normatização

Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015 - Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta

arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

- ✓ Possibilidade de arbitragem envolvendo a administração pública, desde que sobre direitos patrimoniais disponíveis e respeite os princípios da legalidade e da publicidade.

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2o do art. 6o da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997.

- ✓ O art. 32, §5º da Lei 13.140/2015 dispõe que se compreende na competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos as questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

Resolução da ANATEL nº 650, de 16 de março de 2015 - Aprova o Regimento Interno do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações – CDUST

➔ **Anexo** - Regimento Interno do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST)

Resolução da ANATEL nº 658, de 11 de dezembro de 2015 - Revoga o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR)



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015 (Ref. nº 53/2015) - A renúncia de outorgas de radiofrequências para cumprimento de exigência editalícia em licitação realizada pela ANATEL opera efeitos de extinção das outorgas renunciadas imediatamente após decorrido o prazo fixado no compromisso apostado aos autos do processo e a despeito da comprovação de início de negociações para transferência das outorgas correspondentes, não cabendo à licitante opor ao ato de extinção o fato de que não teria ultimado a transferência das outorgas ou do controle societário das empresas que detivessem outorgas nas subfaixas e áreas de prestação renunciadas pela licitante para pessoa não pertencente a seu grupo econômico. Alcançado o termo final do prazo compromissado sem a transferência de outorgas ou de controle societário das empresas que as detiverem, compete à ANATEL extinguir unilateralmente as outorgas abdicadas como exigência licitatória, independentemente da demora nas negociações privadas, exceto o caso de mora atribuível a ato ou inação da Administração Pública na anuência prévia correspondente.

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 31 de julho de 2015 (Ref. nº 305/2015) - Tempestividade de recurso administrativo deve ser certificada do momento do seu recebimento no protocolo da Agência, não da postagem do documento.

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015) - Possibilidade de celebração de TAC sobre infração de natureza grave relativa a indícios de prestação não outorgada de STFC, mesmo que a conduta já tenha sido regularizada. A celebração de TAC submete-se ao juízo da autoridade sobre a conveniência e oportunidade do acordo negocial como solução alternativa ao tradicional rito do procedimento sancionador para regularização de condutas infrativas

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. nº 480/2015) - É ilícito o incentivo à realização de acessos discados à internet em horário de tarifa reduzida sob a promessa de que os usuários de STFC sejam remunerados pelo tempo de conexão ao provedor de acesso à internet, caracterizando a conduta prevista no art. 29 do Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 410/2015, de uso indevido das rotas de interconexão para cursar tráfego artificialmente gerado além do “estritamente necessário à prestação do serviço” (art. 152 da LGT), bem como é possível a imposição de determinação administrativa de interrupção de tráfego, ou bloqueio de interconexão, para correção da conduta e devolução de valores pagos a mais, independentemente de ampla defesa e contraditório, por se tratar de ato de ofício da ANATEL para coibir conduta ilícita de regulado.

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2015

Poder Legislativo

Tribunal de Contas da União



Jurisprudência

Tribunal de Contas da União - Acórdão TCU 2320, de 16 de setembro de 2015 - Relator: Min. Ministro Vital do Rêgo - Plenário do TCU - Unânime - j. 16-09-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Uso indevido de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) para abertura de créditos adicionais destinados ao custeio de ações estranhas aos serviços de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações fere a caracterização de tais recursos como fontes vinculadas. É possível, entretanto, a desvinculação de tais recursos mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional. A receita excedente deve constar, segundo determinação do TCU à ANATEL, de quadro demonstrativo do planejamento plurianual das receitas e despesas que acompanhe as propostas orçamentárias da autarquia e do FISTEL. Entendimento majoritário de que a afetação de receitas é característica das contribuições e não das taxas, desde que norma específica dê tratamento de uso livre dos saldos e que sejam preservadas continuamente as finalidades inicialmente estabelecidas pela taxa.

Tribunal de Contas da União - Acórdão do TCU nº 3311, de 09 de dezembro de 2015 - Relator: Min. Benjamin Zymler - Plenário do TCU - Unânime - j. 09-12-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Determinações à ANATEL sobre o acompanhamento dos bens reversíveis das concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado, bem como exigência de que a ANATEL disponibilize em seu sítio eletrônico, no prazo de 210 dias da ciência do acórdão, todas as relações de bens reversíveis de 2009 a 2014, contendo todos os dados classificados como sendo de caráter público, em formato de arquivo aberto, não-proprietário, estruturado e legível por máquina.

Poder Executivo



Normatização

Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015 - Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de

aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

- ✓ Possibilidade de arbitragem envolvendo a administração pública, desde que sobre direitos patrimoniais disponíveis e respeite os princípios da legalidade e da publicidade.

Presidência da República



Normatização

Lei nº 13.159, de 10 de agosto de 2015 - Altera a Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.

Ministério das Comunicações

Tema Conexa: Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão.



Normatização

Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa

- ↳ **Anexo I** - Requerimento de Demonstração de Interesse
- ↳ **Anexo II** - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- ↳ **Anexo III** - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Privado
- ↳ **Anexo IV** - Documentos Necessários para Habilitação
- ↳ **Anexo V** - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- ↳ **Anexo VI** - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Privado
- ↳ **Anexo VII** - Alteração de Quadro Diretivo

Ministério da Educação



Normatização

Portaria Interministerial nº 2.098, de 14 de maio de 2015 - Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Educação no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T

Ministério da Cultura



Normatização

Portaria Interministerial nº 4.074, de 26 de Agosto de 2015 - Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Cultura no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre

Poder Judiciário

STF



Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 811620 (RE 811620 AgR/MG) - Relator: Min. Edson Fachin - Plenário do STF - Unânime - j. 13-10-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 28-10-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual para cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo de instalações de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações por invasão de competência legislativa da União.

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.615 (ADI 2.615 - Santa Catarina) - Relator: Min. Eros Grau - Plenário do STF - Maioria - j. 11-03-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 11-03-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Inconstitucionalidade de disciplina estadual sobre as condições de cobrança do valor da assinatura básica por invasão de competência da União. O argumento de que se trata de direito do consumidor não autoriza estado-membro da federação a legislar sobre assinatura básica.

Supremo Tribunal Federal - Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário 456534 Embargos de Declaração - (RE 456534/RS) - Relator: Min. Luís Roberto Barroso - Relator para o Acórdão: Min. Aldir Passarinho - Primeira Turma do STF - Unânime - j. 23-06-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 06-08-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações. A cobrança da taxa em razão do exercício do poder de polícia municipal para fiscalização quanto ao atendimento de regras de posturas municipais, desde que prevista em lei, é constitucional. O exercício de poder de polícia *in casu* é presumido.

Supremo Tribunal Federal - Habeas Corpus 128567/MG (HC 128567/MG, de 08 de setembro de 2015) - Relator: Min. Teori Zavascki - Segunda Turma do STF - Unânime - j. 08-09-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 23-09-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

Crime de exploração clandestina de atividade de telecomunicação (art. 183 da LGT) não se caracteriza como hipótese de aplicação do princípio da insignificância. Baixa potência do equipamento de telecomunicações utilizado não autoriza atipicidade do crime por aplicação do princípio da insignificância. Trata-se de crime formal, ou seja, que não exige resultado naturalístico, de perigo abstrato, consumando-se com o mero desenvolvimento clandestino da

atividade, O eventual dano a terceiro em determinado caso concreto configura causa de aumento de pena e também não autoriza a aplicação do princípio da insignificância, pois o crime não tem como pressuposto a ocorrência do prejuízo econômico: ele visa à proteção de um bem difuso de potencial risco de lesão ao regular funcionamento do sistema de telecomunicações. Desde que caracterizada a habitualidade exigida na tipificação do art. 183 da LGT, que o diferencia da conduta tipificada no art. 70 do CBT, aquele que coloca em funcionamento rádio comunitária de forma irregular com equipamentos de potência superior ao permitido e capaz de interferir em outras atividades de telecomunicações não se beneficia do princípio da insignificância, pois ausentes os requisitos da inexpressividade da lesão jurídica e da mínima ofensividade da conduta.

STJ



Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça - Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1384340 (STJ - RESP 1384340 AgRg/DF - Distrito Federal) - Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino - Terceira Turma do STJ - Unânime - j. 05-05-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 12-05-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) não se aplica a fatos pretéritos a sua edição. Comentário ofensivo postado no ORKUT é de responsabilidade do provedor de hospedagem devidamente notificado que não providenciou a identificação do IP do autor da defesa, mesmo que a impossibilidade de identificação do ofensor resulte de caso fortuito ou força maior ocorridos durante o atraso na identificação do IP do autor da ofensa.

Prestadora / Operadora



Normatização

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015 - Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

✓ Possibilidade de arbitragem envolvendo a administração pública, desde que sobre direitos patrimoniais disponíveis e respeite os princípios da legalidade e da publicidade.

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997.

- ✓ O art. 32, §5º da Lei 13.140/2015 dispõe que se compreende na competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos as questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.



Atos

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015) - Possibilidade de celebração de TAC sobre infração de natureza grave relativa a indícios de prestação não outorgada de STFC, mesmo que a conduta já tenha sido regularizada. A celebração de TAC submete-se ao juízo da autoridade sobre a conveniência e oportunidade do acordo negocial como solução alternativa ao tradicional rito do procedimento sancionador para regularização de condutas infrativas

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015 - Concede anuência prévia à transferência do controle integral da GVT PARTICIPAÇÕES S/A para a TELEFÔNICA BRASIL S/A, mediante condicionamentos de eliminação de sobreposição de outorgas do STFC, de assunção pela adquirente das obrigações de manutenção de cobertura geográfica e continuidade de atendimento do STFC, SCM e SeAC, de manutenção das ofertas de planos de serviços e ofertas conjuntas de STFC, SCM e SeAC então vigentes pelo prazo mínimo de 18 meses, de manutenção dos contratos em vigor com os usuários ao tempo da operação pelo prazo mínimo de 18 meses, de expansão da cobertura da rede e dos princípios serviços de telecomunicações envolvidos na operação, dentre outros.

Usuário / Consumidor



Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça - Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1384340 (STJ - RESP 1384340 AgRg/DF - Distrito Federal) - Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino - Terceira Turma do STJ - Unânime - j. 05-05-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 12-05-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]
O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) não se aplica a fatos pretéritos a sua edição. Comentário ofensivo postado no ORKUT é de responsabilidade do provedor de hospedagem devidamente notificado que não providenciou a identificação do IP do autor da defesa, mesmo que a impossibilidade de identificação do ofensor resulte de caso fortuito ou força maior ocorridos durante o atraso na identificação do IP do autor da ofensa.



Normatização

Resolução da ANATEL nº 650, de 16 de março de 2015 - Aprova o Regimento Interno do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações – CDUST

- ➔ **Anexo** - Regimento Interno do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST)

Provedor de Aplicações de Internet



Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça - Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1384340 (STJ - RESP 1384340 AgRg/DF - Distrito Federal) - Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino - Terceira Turma do STJ - Unânime - j. 05-05-2015 - Diário da Justiça Eletrônico, 12-05-2015. [Catalogação de Márcio Iório Aranha]

O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) não se aplica a fatos pretéritos a sua edição. Comentário ofensivo postado no ORKUT é de responsabilidade do provedor de hospedagem devidamente notificado que não providenciou a identificação do IP do autor da defesa, mesmo que a impossibilidade de identificação do ofensor resulte de caso fortuito ou força maior ocorridos durante o atraso na identificação do IP do autor da ofensa.

Normas Referenciadas

Lei Ordinária

Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei no 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 10 de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Lei nº 5.070/1966 - Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 9.472/97 (LGT).
Correlata	Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 20/01/2015, pág. p.1
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Licitação Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Preço Público e Preço Privado Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Tributação no Setor de Telecomunicações Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Antenas Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Estações de Telecomunicações Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Terminais Temas : Políticas de Telecomunicações : Fundos Setoriais de Telecomunicações : FISTEL Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 - (Lei Geral das Antenas) Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.

Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI (em 15/08/1995); CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 74 (em 20/04/2015); LGT, Art. 173, caput.
Altera	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 Lei nº 11.934/2009 - Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.
Correlata	Resolução ANATEL-ANEEL nº 4, de 16 de dezembro de 2014 - Aprova o preço de referência para o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, a ser utilizado nos processos de resolução de conflitos, e estabelece regras para uso e ocupação dos Pontos de Fixação
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 22-04-2015, pág. p. 10
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Infra-estrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Infraestrutura de Telecomunicações : Bem Público (utilização e restrição) Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Antenas Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Estações de Telecomunicações Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Infra-estrutura de Telecomunicações : Compartilhamento de Infraestrutura Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Infraestrutura de Telecomunicações Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Redes de Telecomunicações Temas : Políticas de Telecomunicações : Concorrência no Setor de Telecomunicações Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização e Massificação Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito Urbanístico Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP)

	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)
--	---

Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015 - Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Nota Vigência	Após 60 dias da data de publicação.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI; CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 19, inciso XVII; LGT, Art. 83, Parágrafo Único; LGT, Art. 93, inciso XV; LGT, Art. 103, caput; LGT, Art. 127, caput.
Altera	Lei nº 6.404/1976 Lei da Arbitragem - Dispõe sobre a arbitragem.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27-05-2015, pág. p.1
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Preço Público e Preço Privado Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Direito à Privacidade Temas : Políticas de Telecomunicações : Controle Social, Hierárquico e Intergoorgânico

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2o do art. 6o da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997.

Nota Vigência	180 dias após sua publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI (em 15/08/1995); CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 19, inciso XVII; LGT, Art. 83, Parágrafo Único; LGT, Art. 93, inciso XV; LGT, Art. 110, inciso III.
Altera	Lei nº 9.469/ 1997 Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29-06-2015, pág. p.4
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Permissão (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Preço Público e Preço Privado Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Nota Vigência	Início da vigência: 180 dias após sua publicação no DOU
---------------	---

	Prorrogação até 31 de dezembro de 2021 da vigência da Lei 8989, de 24 de fevereiro de 1995.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI (em 15/08/1995); CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 79, § 1º; LGT, Art. 156, § 1º.
Altera	<p>Lei nº 4.737/1965</p> <p>Lei nº 7.853/1989</p> <p>Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 - Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</p> <p>Lei nº 8.313/1991</p> <p>Lei nº 8.429, 02/06/1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 8.666/93 - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 8.742, 07/12/1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</p> <p>Lei 9.008, de 21 de março de 1995</p> <p>Lei nº 9.029/1995</p> <p>Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995</p> <p>Lei nº 9.503/1997</p> <p>Lei 9.615, de 24 de março de 1998</p> <p>Lei nº 10.048/2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 10.098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</p> <p>Lei 10.257, de 10 de julho de 2001</p> <p>Lei nº 10.406/2002</p> <p>Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009</p> <p>Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012</p> <p>Decreto-Lei nº 5.452/1943</p>
Correlata	<p>Lei nº 8.313/1991</p> <p>Lei nº 8.429, 02/06/1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.</p> <p>Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008</p> <p>Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009</p>
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 07-07-2015, pág. p.2
Temas	<p>Temas : Aplicações de Telecomunicações : Acessibilidade</p> <p>Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet</p> <p>Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço de Valor Adicionado</p> <p>Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Interesse : Serviço de Interesse Coletivo</p> <p>Temas : Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Era da Informação</p> <p>Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Terminais</p>

	<p>Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Acesso à Telecomunicações : Portador de Deficiência</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP)</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)</p>
--	--

Lei nº 13.159, de 10 de agosto de 2015 - Altera a Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.	
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso VI; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Lei nº 11.484/ 2007 - Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005.
Publicação	Diário Oficial da União, Edição Extra, 11-08-2015, pág. p.1
Temas	<p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Presidência da República</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital</p>

Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015 - Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social	
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso V; CF, Art. 220, § 1º; CF, Art. 221, inciso IV; CF, Art. 222, § 3º; LGT, Art. 3º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso XII; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Código Penal
Correlata	Lei nº 5.250/1967 - Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Lei nº 12.965/2014 - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
Regulamenta	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12-11-2015, págs. p. 1-2
Temas	<p>Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet</p> <p>Temas : Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Direito à Privacidade</p> <p>Temas : Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Liberdade de Expressão</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)</p>

Decreto

Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital e dá outras providências	
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo I - Manifestação Formal de Interesse Anexo II - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas de Direito Público Interno (Estados, Distrito Federal e Municípios) Anexo III - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas integrantes da Administração Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal Anexo IV - Documentos Necessários para Habilitação de Concessionárias do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens interessadas na Execução do Serviço de RTV para Retransmitir seus próprios sinais Anexo V - Documentos Necessários para Habilitação de Demais Pessoas Jurídicas Anexo VI - Declaração de Concordância
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução dos serviços de retransmissão e repetição de televisão.
Correlata	Portaria MC nº 477, de 20 de junho de 2014 - Estabelece o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T. Portaria nº 481/2014 - Disciplina as condições de cobertura para desligamento da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão e o papel da Anatel no processo de desligamento.
Regulamenta	Decreto nº 5.371/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 23-12-2015, págs. p. 109-111
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital

Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015 - Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais, e dá outras providências

Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo I - Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2016 das empresas estatais federais Anexo II - Resultado Primário das Empresas Estatais Federais: Metas para o Exercício de 2016
Dispositivos	LGT, Art. 186, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 31-12-2015, págs. p. 41-68

Portaria Ministerial

Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015 - Regulamenta o uso da faixa de 174 MHz a 216 MHz (VHF alto) para TV Digital

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 158, § 1º, inciso III; LGT, Art. 211, caput.

Correlata	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Portaria nº 481/2014 - Disciplina as condições de cobertura para desligamento da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão e o papel da Anatel no processo de desligamento.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 13-04-2015, pág. p. 57
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital

Portaria MC nº 320, de 12 de janeiro de 2015 - Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Anexos	Anexo - Alterações dos percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I.
Altera	Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013 - Regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e o Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013. Anexo 2 – Percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional - Percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional.
Regulamenta	Lei nº 12.715/2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013 - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 14-01-2015, págs. p. 45-46 Diário Oficial da União, Seção 1, 16-01-2015, pág. p. 45 [Retificação]
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet

Portaria MC nº 294, de 30 de janeiro de 2015 - Estabelece o valor máximo da multa por infração às disposições da Lei 4.117/62 ou demais normas aplicáveis aos serviços de radiodifusão e seus ancilares.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU.
Dispositivos	LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04-02-2015, pág. p. 28
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo I - Requerimento de Demonstração de Interesse Anexo II - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Público Interno Anexo III - Proposta para Pessoa Jurídica de Direito Privado Anexo IV - Documentos Necessários para Habilitação Anexo V - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno Anexo VI - Requerimento de Renovação de Outorga – Pessoa Jurídica de Direito Privado Anexo VII - Alteração de Quadro Diretivo
Dispositivos	CF, Art. 221, inciso I; CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Decreto-Lei nº 236/1967 - Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 21-09-2015, págs. 80-83 Diário Oficial da União, Seção 1, 22-09-2015, pág. p. 57 [Retificação]
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Permissão (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Processo Administrativo Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério das Comunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Rádio Aberta

Portaria MC nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital e dá outras providências	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.

Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo I - Continuidade do Serviço de RTV em Tecnologia Digital Anexo II - Alteração de Características Técnicas para o Serviço de RTVD Anexo III - Proposta para Aprovação de Locais e Equipamentos – RTVD Anexo IV - Continuidade do Serviço de RTV em Tecnologia Digital
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 221, inciso I; CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Portaria MC nº 652/2006 - Estabelece critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens do serviço de retransmissão de televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T. Portaria MC nº 925, de 22 de agosto de 2014 - Regulamenta os Requisitos Técnicos dos Serviços abrangidos pelo Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre. Portaria MC nº 932, de 22 de Agosto de 2014 - Dispõe sobre Normas Complementares dos Serviços de RTV e de RpTV.
Revoga	Anexo I à Portaria nº 329, de 04 de julho de 2012 - Documentos Necessários à Instrução dos Processos de Renovação de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações para a Execução de Serviços de Radiodifusão, deferidas a Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, em original ou cópia autenticada. Anexo III à Portaria nº 329, de 04 de julho de 2012 - Documentos Necessários à Instrução dos Processos de Renovação de Outorgas de Concessões e Permissões para a Execução de Serviços de Radiodifusão Exclusivamente Educativos, deferidas a Pessoas Jurídicas de Natureza Privada, em original ou cópia autenticada. Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012 - Dispõe sobre procedimentos para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.
Correlata	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Portaria MC nº 486, de 18 de dezembro de 2012 - Altera a Norma nº 01/2010 – Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização de tecnologia digital, aprovada pela Portaria MC nº 276, de 26 de março de 2010.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 22-09-2015, págs. p. 55-56
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital

Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015 - Altera a Portaria nº 376, de 19 de agosto de 2011, referente à instituição do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 187, inciso I.
Altera	Portaria MC nº 376/2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 16-10-2015, pág. p. 52
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Telebras Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Financiamento da Universalização

Portaria MC nº 6.413, de 20 de novembro de 2015 - Altera a Norma Regulamentar do Canal de Cidadania, aprovado pela Portaria nº 489, de 18 de dezembro de 2012

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 02.12.2015, pág. p. 43
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MC nº 6.467, de 24 de novembro de 2015 - Alterar a Portaria nº 127, de 12 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os procedimentos adaptação de outorga de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, e dá outras providências

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	21 de dezembro de 2015
Anexos	Anexo I - Anexo III da Portaria nº 127, de 2014 Anexo II - Anexo IV da Portaria nº 127, de 2014 Anexo III - Anexo V da Portaria nº 127, de 2014 Anexo IV - Anexo VI da Portaria nº 127, de 2014
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Altera	Portaria nº 127/2014 - Disciplina o procedimento a ser adotado para as solicitações de adaptação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013.
Correlata	Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
Regulamenta	Decreto nº 8139/2013 - Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 25-11-2015, págs. p. 36-45

Portaria MC nº 6.580, de 2 de dezembro de 2015 - Requer relatório consubstanciado sobre a evolução do processo de transição para a TV Digital do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (GIRED), bem como altera a Portaria MC nº 4.287, de 22 de setembro de 2015 e a Portaria MC nº 925, de 22 de agosto de 2014 para, dentre outras coisas, autorizar o desligamento antecipado do sinal analógico nos casos que especifica

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII; LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013 - Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04-12-2015, pág. p. 50
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital

Portaria Interministerial

Portaria Interministerial nº 2.098, de 14 de maio de 2015 - Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Educação no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro; Ministério da Educação e do Desporto - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 221, inciso I; CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 15-05-2015, pág. p. 40
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério da Educação Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital

Portaria Interministerial nº 4.074, de 26 de Agosto de 2015 - Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Cultura no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	CF, Art. 221, inciso I; CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27-08-2015, pág. p. 56
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério da Cultura Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital

Resolução

Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015 - Aprova a Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE), na forma do Anexo a esta Resolução, altera a Resolução nº 454/2006 e seus anexo, e dá outras disposições.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo - Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE)
Dispositivos	LGT, Art. 130-A, Párrafo Único.
Altera	Resolução da ANATEL nº 454/2006 - Aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 477/2007 - Aprova o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP. Resolução da ANATEL nº 516/2008 - Aprova o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR).

	Resolução da ANATEL nº 518/2008 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Especializado –SME. - Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Móvel Especializado –SME.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 11-02-2015, págs. p. 49-50
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Limitado Especializado (SLE) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Limitado Móvel Privado Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Limitado Privado Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Especializado ou Trunking ou Trunk ou Sistema Troncalizado Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP)

Resolução da ANATEL nº 648, de 11 de fevereiro de 2015 - Destina faixas de radiofrequências para o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 127, inciso VII; LGT, Art. 157, caput; LGT, Art. 159, caput; LGT, Art. 160, Parágrafo Único.
Correlata	Lei nº 12.485/2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Resolução da ANATEL nº 516/2008 - Aprova o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR). Resolução da ANATEL nº 544/ 2010 - Modificar a Destinação de Radiofrequências nas Faixas de 2.170 MHz a 2.182 MHz e de 2.500 MHz a 2.690 MHz e republicar, com alterações, o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 2.170 MHz a 2.182 MHz e de 2.500 MHz a 2.690 MHz. Resolução da ANATEL nº 563/2011 - Alteração na Destinação das Faixas de Radiofrequências de 12,2 GHz a 12,7 GHz e de 17,3 GHz a 17,7 GHz. Resolução nº 581/2012 - Aprova o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) bem como a prestação do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12-02-2015, pág. p. 91
Temas	Temas : Infra-estrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Resolução da ANATEL nº 650, de 16 de março de 2015 - Aprova o Regimento Interno do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações – CDUST

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo - Regimento Interno do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST)

Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso III; LGT, Art. 3º, caput; LGT, Art. 5º, caput; LGT, Art. 19, inciso XVIII.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 17-03-2015, págs. p. 83-85
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Usuário / Consumidor

Resolução da ANATEL nº 651, de 13 de abril de 2015 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	180 dias após a data de publicação no DOU
Anexos	Anexo - Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo
Dispositivos	LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 19, inciso X; LGT, Art. 62, Parágrafo Único.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 386, de 3 de novembro de 2004 - Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
Revoga	Portaria nº 968, de 19 de agosto de 1976 - Procedimento para Vistoria e Licenciamento das Estações-rádio Instaladas em Navios e Embarcações Portaria nº 1786/81, de 11 de junho de 1981 - Aprova Formulário DNT-034 Licença de Estação de Navio
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 14-04-2015, págs. p. 45-47
Temas	Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço Limitado Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Interesse : Serviço de Interesse Restrito Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Marítimo Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas : Serviço Móvel Aeronáutico

Resolução da ANATEL nº 652, de 27 de maio de 2015 - Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	LGT, Art. 64, Parágrafo Único.
Revoga	Anexo à Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011 - Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29-05-2015, págs. p. 94-95

Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)
-------	---

Resolução da ANATEL nº 653, de 13 de julho de 2015 - Aprova alteração do Anexo I ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para inserir: a) o município de Paraíso das Águas, no estado do Mato Grosso do Sul, na Área de Tarifação 672K (Costa Rica) e atribuir-lhe o Código Nacional 67; b) o município de Mojuí dos Campos, no estado do Pará, na Área de Tarifação 915 (Santarem) e atribuir-lhe o Código Nacional 93; c) o município de Pinto Bandeira, no estado do Rio Grande do Sul, na Área de Tarifação 542C (Bento Gonçalves) e atribuir-lhe o Código Nacional 54; d) o município de Pescaria Brava, no estado de Santa Catarina, na Área de Tarifação 486 (Tubarão) e atribuir-lhe o Código Nacional 48; e, e) o município de Balneário Rincão, no estado de Santa Catarina, na Área de Tarifação 484 (Criciúma) e atribuir-lhe o Código Nacional 48	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	180 dias após a publicação
Anexos	Anexo I - Alterações do Anexo I ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público Anexo II - Alterações do Anexo II do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN
Dispositivos	LGT, Art. 64, Parágrafo Único.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 263, de 8 de junho de 2001 - Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN. Anexo à Resolução da ANATEL nº 424, de 6 de dezembro de 2005 - Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 14-07-2015, págs. p. 51-52
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	- Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações
Dispositivos	CF, Art. 175, § único, inciso II; LGT, Art. 2º, inciso III; LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 19, inciso XVIII; LGT, Art. 62, Parágrafo Único; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 93, inciso III; LGT, Art. 120, inciso X; LGT, Art. 127, inciso I; LGT, Art. 127, inciso III; LGT, Art. 127, inciso V.
Altera	Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM) - Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM). Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP - Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP. Anexo - Regulamento de Gestão de Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - RGQ-STFC - Regulamento de Gestão de Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - RGQ-STFC.

Revoga	Resolução da ANATEL nº 296/2002 - Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação dos Usuários dos Serviços de Telecomunicações. - Anexo - Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação dos Usuários dos Serviços de Telecomunicações. Resolução da ANATEL nº 443/2006 - Aprova a Norma do Processo de Aferição do Grau de Satisfação da Sociedade com Relação ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) e aos serviços de televisão por assinatura. - Anexo - Norma do Processo de Aferição do Grau de Satisfação da Sociedade com Relação ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) e aos serviços de televisão por assinatura.
Correlata	Resolução nº 612/2013 - Aprova o Regimento Interno da ANATEL.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 14-07-2015, págs. p. 52-53
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Interesse : Serviço de Interesse Coletivo Temas : Políticas de Telecomunicações : Controle Social, Hierárquico e Interorgânico Temas : Políticas de Telecomunicações : Qualidade do Serviço Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de Agosto de 2015 - Aprova o Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais e estabelece regras específicas para o cumprimento do Compromisso de Aquisição de Produtos de Tecnologia Nacional	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo - Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 78, caput; LGT, Art. 127, inciso IX.
Correlata	Lei nº 8.248/1991 - Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Lei nº 8.387/1991 Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 Decreto nº 5.906/2006 Resolução da ANATEL nº 516/2008 - Aprova o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR).
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06-08-2015, págs. p. 45-47
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações

	Temas : Políticas de Telecomunicações : Política Industrial
--	---

Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015 - Aprova o Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Anexos	Anexo - Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública
Dispositivos	LGT, Art. 109, inciso II; LGT, Art. 158, § 1º, inciso IV.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 19-08-2015, págs. p. 55-56
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Resolução da ANATEL nº 657, de 3 de novembro de 2015 - Altera o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz, aprovado pela Resolução nº 454, de 11 de dezembro de 2006	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 159, caput; LGT, Art. 161, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 454, de 11 de dezembro de 2006 - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04-11-2015, pág. p. 56
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)

Resolução da ANATEL nº 658, de 11 de dezembro de 2015 - Revoga o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR)	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	LGT, Art. 19, caput.
Revoga	Anexo à Resolução da ANATEL nº 516, de 30 de outubro de 2008 - Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR).
Correlata	Portaria ANATEL nº 174, de 11 de fevereiro de 2015
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 15-12-2015, pág. p. 90
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL

Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015 - Aprova a alteração da Cláusula 3.2 do Contrato de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, para ampliar prazo para a realização de alterações referentes ao período de 2016 a 2020	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso VI; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 86, § Único, Inciso III; LGT, Art. 93, caput; LGT, Art. 95, caput.
Altera	Anexo 1 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local - 2011 - Anexo 1 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local - 2011. Anexo 2 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional (Regiões I, II e III) - 2011 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional (Regiões I, II e III) - 2011. Anexo 3 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional (Região IV) - 2011 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional (Região IV) - 2011. Anexo 4 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Internacional - 2011 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Internacional - 2011.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29-12-2015, pág. p. 44
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Metas de Universalização Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Resolução da ANATEL nº 660, de 28 de dezembro de 2015 - Altera o Regulamento do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução nº 451, de 8 de dezembro de 2006	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	1º de janeiro de 2016
Dispositivos	LGT, Art. 151, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 451, de 8 de dezembro de 2006 - Regulamento do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 30-12-2015, pág. p. 147
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Preço Público e Preço Privado Temas : Infra-estrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Infraestrutura de Telecomunicações : Bem Público (utilização e restrição)

	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Redes de Telecomunicações : Numeração dos Serviços
--	---

Julgados Referenciados

Acórdãos

Supremo Tribunal Federal (STF)

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.615 (ADI 2.615 - Santa Catarina)	
Relator	Min. Eros Grau
Órgão Julgador	Plenário do STF
Votação	Majoria
Julgamento	11-03-2015
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI (em 15/08/1995); CF, Art. 22, inciso IV.
Publicação	Diário da Justiça Eletrônico, 11-03-2015
Descrição do Caso	
Inconstitucionalidade de disciplina estudual sobre as condições de cobrança do valor da assinatura básica por invasão de competência da União. O argumento de que se trata de direito do consumidor não autoriza estado-membro da federação a legislar sobre assinatura básica.	
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Autorização (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Atores no Setor de Telecomunicações Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Judiciário : STF Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)
Catalogador	Márcio Iório Aranha

Habeas Corpus 128567/MG (HC 128567/MG, de 08 de setembro de 2015)	
Relator	Min. Teori Zavascki
Órgão Julgador	Segunda Turma do STF
Votação	Unânime
Julgamento	08-09-2015
Dispositivos	LGT, Art. 183, caput.
Ref. Leg.	Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997
Publicação	Diário da Justiça Eletrônico, 23-09-2015
Descrição do Caso	
Crime de exploração clandestina de atividade de telecomunicação (art. 183 da LGT) não se caracteriza como hipótese de aplicação do princípio da insignificância. Baixa potência do equipamento de telecomunicações utilizado não autoriza atipicidade do crime por aplicação do princípio da insignificância. Trata-se de crime formal, ou seja, que não exige resultado naturalístico, de perigo abstrato, consumando-se com o mero desenvolvimento clandestino da atividade. O eventual dano a terceiro em determinado caso concreto configura causa de aumento de pena e também não autoriza a aplicação do princípio da insignificância, pois o crime não tem como pressuposto a ocorrência do prejuízo econômico: ele visa à proteção de um bem difuso de potencial risco de lesão ao regular funcionamento do sistema de telecomunicações. Desde que caracterizada a habitualidade exigida na tipificação do art. 183 da LGT, que o diferencia da conduta tipificada no art. 70 do CBT, aquele que coloca em funcionamento rádio comunitária	

de forma irregular com equipamentos de potência superior ao permitido e capaz de interferir em outras atividades de telecomunicações não se beneficia do princípio da insignificância, pois ausentes os requisitos da inexpressividade da lesão jurídica e da mínima ofensividade da conduta.	
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Judiciário : STF Temas : Fundamentos : Conceitos Fundamentais Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Radiodifusão Comunitária
Catalogador	Márcio Iório Aranha

Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário 456534 Embargos de Declaração - (RE 456534/RS)

Relator	Min. Luís Roberto Barroso
Relatório do Acórdão	Min. Aldir Passarinho
Órgão Julgador	Primeira Turma do STF
Votação	Unânime
Julgamento	23-06-2015
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI (em 15/08/1995); CF, Art. 22, inciso IV.
Publicação	Diário da Justiça Eletrônico, 06-08-2015
<p>Descrição do Caso</p> <p>Constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações. A cobrança da taxa em razão do exercício do poder de polícia municipal para fiscalização quanto ao atendimento de regras de posturas municipais, desde que prevista em lei, é constitucional. O exercício de poder de polícia <i>in casu</i> é presumido.</p>	
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Autorização (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Atores no Setor de Telecomunicações Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Judiciário : STF Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)
Catalogador	Márcio Iório Aranha

Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 811620 (RE 811620 AgR/MG)

Relator	Min. Edson Fachin
Órgão Julgador	Plenário do STF
Votação	Unânime
Julgamento	13-10-2015
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI (em 15/08/1995); CF, Art. 22, inciso IV.
Correlata	Recurso Extraordinário - RG 581.947
Publicação	Diário da Justiça Eletrônico, 28-10-2015
<p>Descrição do Caso</p> <p>Inconstitucionalidade de disciplina estadual para cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo de instalações de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações por invasão de competência legislativa da União.</p>	

Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Autorização (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Atores no Setor de Telecomunicações Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Judiciário : STF Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Regime Jurídico de Prestação Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)
Catalogador	Márcio Iório Aranha

Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1384340 (STJ - RESP 1384340 AgRg/DF - Distrito Federal)	
Relator	Min. Paulo de Tarso Sanseverino
Órgão Julgador	Terceira Turma do STJ
Votação	Unânime
Julgamento	05-05-2015
Dispositivos	CF, Art 5º, inciso X.
Publicação	Diário da Justiça Eletrônico, 12-05-2015
<p>Descrição do Caso</p> <p>O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) não se aplica a fatos pretéritos a sua edição. Comentário ofensivo postado no ORKUT é de responsabilidade do provedor de hospedagem devidamente notificado que não providenciou a identificação do IP do autor da defesa, mesmo que a impossibilidade de identificação do ofensor resulte de caso fortuito ou força maior ocorridos durante o atraso na identificação do IP do autor da ofensa.</p>	
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Judiciário : STJ Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Provedor de Aplicações de Internet Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Usuário / Consumidor Temas : Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Era da Informação Temas : Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Liberdade de Expressão
Catalogador	Márcio Iório Aranha

Tribunal de Contas da União (TCU)

Acórdão do TCU nº 3311, de 09 de dezembro de 2015	
Relator	Min. Benjamin Zymler
Órgão Julgador	Plenário do TCU
Votação	Unânime
Julgamento	09-12-2015
Dispositivos	LGT, Art. 39, Parágrafo Único; LGT, Art. 86, § Único, Inciso III; LGT, Art. 93, inciso XI; LGT, Art. 101, caput; LGT, Art. 173, caput.
Ref. Leg.	Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
Descrição do Caso	

Determinações à ANATEL sobre o acompanhamento dos bens reversíveis das concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado, bem como exigência de que a ANATEL disponibilize em seu sítio eletrônico, no prazo de 210 dias da ciência do acórdão, todas as relações de bens reversíveis de 2009 a 2014, contendo todos os dados classificados como sendo de caráter público, em formato de arquivo aberto, não-proprietário, estruturado e legível por máquina.	
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Legislativo : Tribunal de Contas da União Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)
Catalogador	Márcio Iório Aranha

Acórdão TCU 2320, de 16 de setembro de 2015	
Relator	Min. Ministro Vital do Rêgo
Órgão Julgador	Plenário do TCU
Votação	Unânime
Julgamento	16-09-2015
Dispositivos	LGT, Art. 49, § 3º.
Correlata	Acórdão do TCU nº 3.634/2013
Ref. Leg.	Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997
<p>Descrição do Caso</p> <p>Uso indevido de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) para abertura de créditos adicionais destinados ao custeio de ações estranhas aos serviços de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações fere a caracterização de tais recursos como fontes vinculadas. É possível, entretanto, a desvinculação de tais recursos mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional. A receita excedente deve constar, segundo determinação do TCU À ANATEL, de quadro demonstrativo do planejamento plurianual das receitas e despesas que acompanhe as propostas orçamentárias da autarquia e do FISTEL. Entendimento majoritário de que a afetação de receitas é característica das contribuições e não das taxas, desde que norma específica dê tratamento de uso livre dos saldos e que sejam preservadas continuamente as finalidades inicialmente estabelecidas pela taxa.</p>	
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Tributação no Setor de Telecomunicações Temas : Atores no Setor de Telecomunicações Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Legislativo : Tribunal de Contas da União Temas : Políticas de Telecomunicações : Fundos Setoriais de Telecomunicações : FISTEL
Catalogador	Márcio Iório Aranha

Atos Referenciados

Ato Administrativo

Ato

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015	
Ementa	Concede anuência prévia à transferência do controle integral da GVT PARTICIPAÇÕES S/A para a TELEFÔNICA BRASIL S/A, mediante condicionamentos de eliminação de sobreposição de outorgas do STFC, de assunção pela adquirente das obrigações de

	manutenção de cobertura geográfica e continuidade de atendimento do STFC, SCM e SeAC, de manutenção das ofertas de planos de serviços e ofertas conjuntas de STFC, SCM e SeAC então vigentes pelo prazo mínimo de 18 meses, de manutenção dos contratos em vigor com os usuários ao tempo da operação pelo prazo mínimo de 18 meses, de expansão da cobertura da rede e dos princípios serviços de telecomunicações envolvidos na operação, dentre outros.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Nota Vigência	Data de publicação no DOU
Nota Eficácia	Anuência válida por 180 dias, prorrogáveis por mais 180 dias a pedido
Dispositivos	LGT, Art. 7º, § 1º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 71, caput; LGT, Art. 97, Parágrafo Único.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 26-01-2015, pág. 50
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Políticas de Telecomunicações : Concorrência no Setor de Telecomunicações Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito da Concorrência Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Decisão

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015)	
Ementa	Possibilidade de celebração de TAC sobre infração de natureza grave relativa a indícios de prestação não outorgada de STFC, mesmo que a conduta já tenha sido regularizada. A celebração de TAC submete-se ao juízo da autoridade sobre a conveniência e oportunidade do acordo negocial como solução alternativa ao tradicional rito do procedimento sancionador para regularização de condutas infrativas
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XXV; LGT, Art. 20, Parágrafo Único; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 82, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 14-01-2015, pág. p. 46
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015 (Ref. nº 53/2015)	
Ementa	A renúncia de outorgas de radiofrequências para cumprimento de exigência editalícia em licitação realizada pela ANATEL opera efeitos de extinção das outorgas renunciadas imediatamente após decorrido o prazo fixado no compromisso apostado aos autos do processo e a despeito da comprovação de início de negociações para transferência das outorgas correspondentes, não cabendo à licitante opor ao ato de extinção o fato de que não teria ultimado a transferência das outorgas ou do controle societário das empresas que detivessem outorgas nas subfaixas e áreas de prestação renunciadas pela licitante para pessoa não pertencente a seu grupo econômico. Alcançado o termo final do prazo compromissado sem a transferência de outorgas ou de controle societário das empresas

	que as detiverem, compete à ANATEL extinguir unilateralmente as outorgas abdicadas como exigência licitatória, independentemente da demora nas negociações privadas, exceto o caso de mora atribuível a ato ou inação da Administração Pública na anuência prévia correspondente.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XXV; LGT, Art. 20, Parágrafo Único; LGT, Art. 135, Parágrafo Único; LGT, Art. 142, Parágrafo Único.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 10-03-2015, pág. 14
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Licitação Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Direito de Uso de Radiofrequência Temas : Políticas de Telecomunicações : Concorrência no Setor de Telecomunicações

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 31 de julho de 2015 (Ref. nº 305/2015)	
Ementa	Tempestividade de recurso administrativo deve ser certificada do momento do seu recebimento no protocolo da Agência, não da postagem do documento.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	CF, Art.5º, inciso LIV; CF, Art.5º, inciso LV; LGT, Art. 19, inciso XXV; LGT, Art. 20, Parágrafo Único; LGT, Art. 38, caput; LGT, Art. 175, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 02-09-2015, pág. p. 68
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Processo Administrativo Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL

Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. nº 480/2015)	
Ementa	É ilícito o incentivo à realização de acessos discados à internet em horário de tarifa reduzida sob a promessa de que os usuários de STFC sejam remunerados pelo tempo de conexão ao provedor de acesso à internet, caracterizando a conduta prevista no art. 29 do Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 410/2015, de uso indevido das rotas de interconexão para cursar tráfego artificialmente gerado além do "estritamente necessário à prestação do serviço" (art. 152 da LGT), bem como é possível a imposição de determinação administrativa de interrupção de tráfego, ou bloqueio de interconexão, para correção da conduta e devolução de valores pagos a mais, independentemente de ampla defesa e contraditório, por se tratar de ato de ofício da ANATEL para coibir conduta ilícita de regulado.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XXV; LGT, Art. 20, Parágrafo Único; LGT, Art. 152, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 23-11-2015, pág. p. 111
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Infra-estrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Redes de Telecomunicações : Interconexão

Relatório da Ouvidoria da ANATEL

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2015	
Órgão Emissor	ANATEL - Ouvidoria.
Dispositivos	LGT, Art. 45, Parágrafo Único.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 01-10-2015, pág. p. 111
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL

	Temas : Fundamentos : Aspectos Históricos Temas : Políticas de Telecomunicações : Controle Social, Hierárquico e Interorgânico
--	---

Índice Alfabético e Remissivo

Símbolos

174 MHz a 216 MHz

VHF Alto

sua utilização para execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, **286**

[Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]

2.500 MHz a 2.690 MHz

Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais aprovação do, **295**

[Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de Agosto de 2015]

4G

(*ver* **Quarta Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (requisitos da UIT IMT-Advanced)**)

700 MHz

Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais aprovação do, **295**

[Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de Agosto de 2015]

800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz, **296**

[Resolução da ANATEL nº 657, de 3 de novembro de 2015]

A

Ação Direta de Inconstitucionalidade

(*ver* **Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição)**)

Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição)

ADI 2615/SC

inconstitucionalidade de disciplina estadual das condições de cobrança do valor da assinatura básica por invasão de competência federativa, **298**

[ADI 2.615 - SC]

Acessibilidade, **273**

Acessibilidade, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

Radiodifusão

exigência de que os serviços de radiodifusão de sons e imagens permitam o uso de recursos de substituição por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras, e audiodescrição, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

Serviço de Telecomunicações

exigência de que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações devam garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

Serviço Móvel Pessoal

dever do poder público de incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade, entre outras tecnologias assistivas, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

Serviço Telefônico Fixo Comutado

dever do poder público de incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade, entre outras tecnologias assistivas, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

Acesso a Informação

Acórdão TCU 3311/2015

exigência do TCU à ANATEL para que disponibilize em seu sítio eletrônico, no prazo de 210 dias da ciência do acórdão, todas as relações de bens reversíveis de 2009 a 2014, contendo todos os dados classificados como sendo de caráter público, em formato de arquivo aberto, não-proprietário, estruturado e legível por máquina, **300**

[Acórdão TCU 3311/2015]

Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços, 273

Acesso às Telecomunicações, 258

Adaptação

Rádio AM para FM

procedimentos de adaptação da, **290**
[Portaria MC nº 6.467, de 24 de novembro de 2015]

ADI

(*ver* **Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição)**)

Administração do Setor de Telecomunicações, 248

Administração Pública Federal

Arbitragem

exigência de sua submissão ao princípio da publicidade quando se tratar de arbitragem que envolva a administração pública, **283**

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Aeroporto, 282

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Afetação de Receita

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

possibilidade de uso de receita excedente em fins diversos dos de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações caso tenham sido desvinculadas mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional, **301**

[Acórdão TCU 2320/2015]

Agência Nacional de Telecomunicações, 283

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Resolução de Disputas

alteração da Lei de Arbitragem para incluir expressa possibilidade da administração pública direta e indireta utilizar da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, **283**

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

previsão de competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos sobre questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos

celebrados pela administração com particulares, **283**

[Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015]

Ampla Defesa

(*ver também* **Direito a Ampla Defesa e Contraditório**)

Processo Administrativo

tempestividade de recurso é computada do momento do protocolo na Agência e não de postagem da peça recursal, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 31 de julho de 2015 (Ref. nº 305/2015)]

ANATEL, 274

(*ver* **Agência Nacional de Telecomunicações**)

Antenas, 244

Anuência Prévia

à transferência do controle integral da GVT para a TELEFÔNICA, **301**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015]

Aplicações de Telecomunicações, 272

Arbitragem

(*ver também* **Resolução de Disputas**)

aplicabilidade da Lei de Arbitragem a questões envolvendo a ANATEL e as concessionárias de STFC, **283**

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Direito Patrimonial Disponível

alteração da Lei de Arbitragem para incluir expressa possibilidade da administração pública direta e indireta utilizar da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, **283**

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

exigência de que a arbitragem se submete ao direito posto quando envolva a administração pública, **283**

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Lei de Arbitragem

sua alteração para incluir expressa possibilidade da administração pública direta e indireta utilizar da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, **283**

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Artificial

Tráfego Artificial

conduta ilícita de uso indevido das rotas de interconexão para cursar tráfego artificialmente gerado, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. nº 480/2015)]

Aspectos Históricos, 241

Assinatura Básica

argumento de que se trata de direito consumidor não autoriza estado-membro da federação a legislar sobre, **298**

[ADI 2.615 - SC]

Atividade Clandestina de Telecomunicação

Princípio da Insignificância

aplicabilidade do princípio da insignificância à atividade clandestina de telecomunicação de baixa potência, **298**

[HC 128567/MG]

não configura caso de aplicação do princípio da insignificância, **298**

[HC 128567/MG]

Atores no Setor de Telecomunicações, 273

Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência, 247

Autorização (regras aplicáveis), 254

B

Backhaul, 289

(*ver também* Banda Larga)

[Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015]

possibilidade de emendas parlamentares para financiamento de ações de implantação de infraestrutura de conexão entre órgãos e equipamentos públicos locais e à internet, inclusive por meio de construção de, **289**

[Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015]

Telecomunicações Brasileiras S.A. executora de ações de implantação de infraestrutura de conexão entre órgãos e equipamentos públicos locais e à internet, inclusive por meio de construção de backhaul, **289**

[Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015]

Baixa Potência

Estação Rádio Base

sua definição como o equipamento definido no art. 156-A da Lei 9.472, de 1997, quando esta não continha tal dispositivo, **281**

[Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015]

Banda Larga, 273

Banda Larga

(*ver também* Backhaul)

(*ver também* Programa Nacional de Banda Larga)

Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações

regulamentação do, **287**

[Portaria MC nº 320, de 12 de janeiro de 2015]

Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais

aprovação do, **295**

[Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de Agosto de 2015]

Banda Larga Móvel de Quarta Geração

(*ver* Quarta Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (requisitos da UIT IMT-Advanced))

Bem Público (utilização e restrição), 243

Bem Reversível

(*ver também* Reversão)

Acórdão TCU 3311/2015

determinações à ANATEL sobre o acompanhamento dos bens reversíveis das concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado, **300**

[Acórdão TCU 3311/2015]

Bombeiro, 296

(*ver também* Corpo de Bombeiros)

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

C

Calamidade Pública, 296

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

Canal da cidadania

Norma Regulamentar do Canal da Cidadania

alteração da, **289**

[Portaria MC nº 6.413, de 20 de novembro de 2015]

Canal de Cidadania

sua preferência no uso da faixa de VHF Alto (174 MHz a 216 MHz), **286**

[Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]

Canal de Cultura

(*ver também* **Cultura**)

diretrizes para sua operacionalização, **291**

[Portaria Interministerial nº 4.074, de 26 de Agosto de 2015]

sua preferência no uso da faixa de VHF Alto (174 MHz a 216 MHz), **286**

[Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]

Canal de Educação

diretrizes para operacionalização do, **291**

[Portaria Interministerial nº 2.098, de 14 de maio de 2015]

sua preferência no uso da faixa de VHF Alto (174 MHz a 216 MHz), **286**

[Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]

Canal do Poder Executivo

sua preferência no uso da faixa de VHF Alto (174 MHz a 216 MHz), **286**

[Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]

Catástrofe

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

CDUST

(*ver* **Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações**)

Cidades Digitais

Backhaul

possibilidade de emendas parlamentares para financiamento de ações de implantação de infraestrutura de conexão entre órgãos e equipamentos públicos locais e à internet, inclusive por meio de construção de, **289**

[Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015]

Telecomunicações Brasileiras S.A.

executora de ações de implantação de infraestrutura de conexão entre órgãos e equipamentos públicos locais e à internet, inclusive por meio de construção de backhaul, **289**

[Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015]

Clandestino

(*ver* **Atividade Clandestina de Telecomunicação**)

Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações, 260

Comentário de Usuário da Internet

sua não inclusão no conceito de matéria objeto de regulamentação do direito de resposta ou retificação do ofendido da Lei 13.188/2015, **285**

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]

Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações

regimento interno do, **292**

[Resolução da ANATEL nº 650, de 16 de março de 2015]

Compartilhamento de Infraestrutura, 243

Competência

Assinatura Básica

inconstitucionalidade de disciplina estadual das condições de cobrança do valor da assinatura básica por invasão de competência federativa, **298**

[ADI 2.615 - SC]

Faixa de Domínio

inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso

e ocupação de solo e espaço aéreo sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**
[RE 811620 AgR/MG]

Taxa Municipal de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**
[RE 456534 ED/RS]

Comportamento Fraudulento

Interconexão
conduta ilícita de uso indevido das rotas de interconexão para cursar tráfego artificialmente gerado, **303**
[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. nº 480/2015)]

Compromisso de Aquisição de Produtos e Sistemas com Tecnologia Desenvolvida no País

Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais aprovação do, **295**
[Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de Agosto de 2015]

Compromisso de Renúncia a Outorgas

extinção de outorga como decorrência de compromisso de renúncia de outorga em licitação independentemente de início de negociações privadas de transferência da outorga ou de controle acionário das empresas que a detenha, **302**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015 (Ref. nº 53/2015)]

Comunicação Social

Direito de Resposta
sua disciplina e do direito de retificação do ofendido em matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social, inclusive a internet, **285**

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]

Conceitos Fundamentais, 241 Concessão (regras aplicáveis), 252 Concessão

Equilíbrio Econômico-Financeiro
previsão de competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos sobre questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares, **283**

[Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015]
prorrogação da data da penúltima revisão quinquenal (2015) dos contratos de concessão de STFC pós renovação, **297**
[Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015]

Resolução de Disputas
previsão de competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos sobre questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares, **283**

[Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015]

Concorrência no Setor de Telecomunicações, 257

Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais), 247

Conflito entre Operadoras (ver Resolução de Disputas)

Conflito Federativo

Assinatura Básica
argumento de que se trata de direito consumidor não autoriza estado-membro da federação a legislar sobre, **298**

[ADI 2.615 - SC]

Faixa de Domínio
inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**
[RE 811620 AgR/MG]

Taxa Municipal de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**
[RE 456534 ED/RS]

Consumidor, 294

(*ver também* Usuário)

[Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015]

Contraditório

(*ver também* Direito a Ampla Defesa e Contraditório)

Processo Administrativo

tempestividade de recurso é computada do momento do protocolo na Agência e não de postagem da peça recursal, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 31 de julho de 2015 (Ref. nº 305/2015)]

Contrato de Concessão

(*ver também* Outorga)

prorrogação da data da penúltima revisão quinzenal (2015) dos contratos de concessão de STFC pós renovação, **297**

[Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015]

Controle Social, Hierárquico e Interorgânico, 260

Convenção de Arbitragem

autoridade competente para celebração da, **283**

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Convenção de Tampere

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

Conveniência e Oportunidade

Termo de Ajuste de Conduta

inexistência de vinculação entre o interesse público na celebração de TAC e a natureza da matéria tratada em processo sancionador, **302**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015)]

Conversão

Bem Reversível

determinações à ANATEL sobre o acompanhamento dos bens reversíveis das concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado, **300**

[Acórdão TCU 3311/2015]

Corpo de Bombeiros

(*ver* Bombeiro)

Corpo de Bombeiros

(*ver também* Bombeiro)

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

Crime

Atividade Clandestina de Telecomunicação aplicabilidade do princípio da insignificância à atividade clandestina de telecomunicação de baixa potência, **298**

[HC 128567/MG]

não configura caso de aplicação do princípio da insignificância, **298**

[HC 128567/MG]

Crime de Menor Potencial Ofensivo

(*ver* Princípio da Insignificância)

Cultura, 291

(*ver também* Canal de Cultura)

[Portaria Interministerial nº 4.074, de 26 de Agosto de 2015]

D

Dano Moral

Direito de Resposta

retratação ou retificação espontânea não impedem o exercício do direito

- de resposta nem prejudicam a ação de reparação por dano moral, **285**
[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]
- Defesa**
- Radar**
sua não submissão à disciplina da Lei 13.116, sobre os processos de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações em área urbana, **282**
[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]
- Defesa Civil**
Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**
[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]
- Defesa do consumidor**
(*ver Consumidor*)
- Defesa do Usuário**
(*ver Usuário*)
- Deficiência Auditiva, 283**
[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]
- Deficiência Física, 283**
[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]
- Desastre**
Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**
[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]
- Desligamento da TV Analógica**
desligamento antecipado do sinal analógico, **290**
[Portaria MC nº 6.580, de 2 de dezembro de 2015]
- Digitalização, 286**
(*ver também TV Digital*)
[Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]
- Direito a Ampla Defesa e Contraditório**
(*ver também Ampla Defesa*)
(*ver também Contraditório*)
Processo Administrativo
- tempestividade de recurso é computada do momento do protocolo na Agência e não de postagem da peça recursal, **303**
[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 31 de julho de 2015 (Ref. nº 305/2015)]
- Direito à Imagem**
Direito de Resposta
sua disciplina e do direito de retificação do ofendido em matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social, inclusive a internet, **285**
[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]
- Direito à Informação**
Deficiente Físico
exigência de que os serviços de radiodifusão de sons e imagens permitam o uso de recursos de substituição por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras, e audiodescrição, **283**
[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]
- Direito de Resposta
sua disciplina e do direito de retificação do ofendido em matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social, inclusive a internet, **285**
[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]
- Direito à Intimidade**
Direito de Resposta
sua disciplina e do direito de retificação do ofendido em matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social, inclusive a internet, **285**
[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]
- Direito à intimidade, 285**
[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]
- Direito à livre manifestação do pensamento**
Direito de Resposta
sua disciplina e do direito de retificação do ofendido em matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social, inclusive a internet, **285**

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]

Direito à Privacidade, 242

Direito à Privacidade

Direito de Resposta

sua disciplina e do direito de retificação do ofendido em matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social, inclusive a internet, **285**

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]

Direito da Concorrência, 272

Direito de Acesso

Rádiodifusão

exigência de que os serviços de rádiodifusão de sons e imagens permitam o uso de recursos de substituição por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras, e audiodescrição, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

Serviço de Telecomunicações

exigência de que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações devam garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

Direito de Resposta

retratção ou retificação espontânea não impedem o exercício do direito de resposta nem prejudicam a ação de reparação por dano moral, **285**

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]

Direito de Retificação

sua disciplina e do direito de resposta em matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social, inclusive a internet, **285**

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]

Direito de Uso de Radiofrequência, 247

Direito do Consumidor

(*ver Consumidor*)

Direito do Consumidor

Assinatura Básica

argumento de que se trata de direito consumidor não autoriza estado-membro da federação a legislar sobre, **298**

[ADI 2.615 - SC]

Direito Patrimonial Disponível

alteração da Lei de Arbitragem para incluir expressa possibilidade da administração pública direta e indireta utilizar da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, **283**

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Direito Urbanístico, 272

E

Emenda Parlamentar

Backhaul

possibilidade de emendas parlamentares para financiamento de ações de implantação de infraestrutura de conexão entre órgãos e equipamentos públicos locais e à internet, inclusive por meio de construção de, **289**

[Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015]

Emergência

(*ver Situação de Emergência*)

Enchente

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

Equilíbrio Econômico-Financeiro

Resolução de Disputas

previsão de competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos sobre questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares, **283**

[Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015]

Equipamentos de Telecomunicações, 244

Era da Informação, 241

ERB

(*ver Estação Rádio Base*)

Espaço Aéreo

Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação das Faixas de Domínio das Rodovias (TFDR)

inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**

[RE 811620 AgR/MG]

Taxa Municipal de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento

constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**

[RE 456534 ED/RS]

Espécies de Outorga, 252

Espectro de Radiofrequência, 247

Estação Rádio Base

Baixa Potência

sua definição como o equipamento definido no art. 156-A da Lei 9.472, de 1997, quando esta não continha tal dispositivo, **281**

[Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015]

Estações de Telecomunicações, 245

Estrada Vicinal

(*ver Backhaul*)

F

Faixa de 700 MHz

(*ver 700 MHz*)

Faixa de Domínio

Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação das Faixas de Domínio das Rodovias (TFDR)

inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**

[RE 811620 AgR/MG]

Federalismo

Infraestrutura

seu incentivo mediante lei destinada a sincronizar a disciplina regulatória da União sobre infraestrutura de telecomunicações, em especial as antenas, e o poder municipal de posturas urbanas, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Financiamento da Universalização e Massificação, 258

Fiscalização

(*ver também Taxa de Fiscalização da Instalação*)

(*ver também Taxa de Fiscalização do Funcionamento*)

exclusividade da competência da União sobre a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações, inclusive sobre seleção de tecnologia, topologia das redes e qualidade dos serviços prestados, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Radiodifusão

fixação de valor máximo de multa de R\$89.053,71 por infração às disposições da legislação e regulamentações aplicáveis à, **288**

[Portaria MC nº 294, de 30 de janeiro de 2015]

Fiscalização das Telecomunicações, 248

FISTEL, 258

(*ver Fundo de Fiscalização das*

Telecomunicações)

FM

(*ver Frequência Modulada*)

Franquia

(*ver Assinatura Básica*)

Fraude

Tráfego Artificial

conduta ilícita de uso indevido das rotas de interconexão para cursar tráfego artificialmente gerado, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. nº 480/2015)]

Frequência Modulada, 288

[Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015]

Rádio AM

disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, **290**

[Portaria MC nº 6.467, de 24 de novembro de 2015]

Rádio FM

disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, **290**

[Portaria MC nº 6.467, de 24 de novembro de 2015]

procedimentos de permissão e concessão para execução de modalidade exclusivamente educativa dos serviços de, **288**

[Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015]

Fundamentos, 241

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (*ver também* Taxa de Fiscalização do Funcionamento)

possibilidade de uso de receita excedente em fins diversos dos de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações caso tenham sido desvinculadas mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional, **301**

[Acórdão TCU 2320/2015]

Fundos Setoriais de Telecomunicações, 258

G

Geração de Tráfego Artificial

Interconexão

conduta ilícita de uso indevido das rotas de interconexão para cursar tráfego artificialmente gerado, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. nº 480/2015)]

Gestão de Riscos

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

GIRED

(*ver Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED*)

GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA, 301

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015]

Anuência Prévia

à transferência do controle integral da GVT para a TELEFÔNICA, **301**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015]

Governo Municipal

(*ver Município*)

Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED

requerimento de relatório consubstanciado sobre a evolução do processo de transição para a TV Digital pelo Ministério das Comunicações ao, **290**

[Portaria MC nº 6.580, de 2 de dezembro de 2015]

Grupo TELEMAR, 302

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015)]

Grupo TELESP, 302

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015)]

GVT

(*ver GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA*)

H

Habeas Corpus

HC128567/MG

crime de atividade clandestina de telecomunicações do art. 183 da LGT não configura caso de

aplicação do princípio da insignificância, **298**
[HC 128567/MG]

I

Incentivo Fiscal

Equipamentos de Telecomunicações
incentivos às indústrias de
equipamentos para a TV Digital,
285

[Lei nº 13.159, de 10 de agosto de 2015]

Infraestrutura

Lei Geral das Antenas

aprovação da, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

seu incentivo mediante lei destinada a
sincronizar a disciplina regulatória da
União sobre infraestrutura de
telecomunicações, em especial as
antenas, e o poder municipal de
posturas urbanas, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Infraestrutura de Telecomunicações, 243

Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações, 242

Insignificância, 298

[HC 128567/MG]

Insignificância

(*ver* Princípio da Insignificância)

Interconexão, 244

Interconexão

Fraude

conduta ilícita de uso indevido das
rotas de interconexão para cursar
tráfego artificialmente gerado, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da
ANATEL, de 5 de novembro de 2015
(Ref. nº 480/2015)]

Regulamento Geral de Interconexão

conduta ilícita de uso indevido das
rotas de interconexão para cursar
tráfego artificialmente gerado, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da
ANATEL, de 5 de novembro de 2015
(Ref. nº 480/2015)]

Tráfego Artificial

conduta ilícita de uso indevido das
rotas de interconexão para cursar
tráfego artificialmente gerado, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da
ANATEL, de 5 de novembro de 2015
(Ref. nº 480/2015)]

Internauta

Comentário de Usuário da Internet

sua não inclusão no conceito de
matéria objeto de regulamentação
do direito de resposta ou retificação
do ofendido da Lei 13.188/2015,
285

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de
2015]

Internet, 262, 272

INTERNET

Comentário de Usuário da Internet

sua não inclusão no conceito de
matéria objeto de regulamentação
do direito de resposta ou retificação
do ofendido da Lei 13.188/2015,
285

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de
2015]

Direito de Resposta

sua disciplina e do direito de
retificação do ofendido em matéria
divulgada ou transmitida por
veículo de comunicação social,
inclusive a internet, **285**

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de
2015]

ORKUT

inaplicabilidade do Marco Civil da
Internet a fatos pretéritos a sua
edição para o caso de ofensa
veiculada no, **300**

[RESP 1384340 AgRg/DF]

ISDB-TB

(*ver* Sistema Brasileiro de Televisão
Digital Terrestre)

L

Legalidade, 283

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Lei Geral das Antenas

aprovação da, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Liberdade de Expressão, 242

LIBRAS

(*ver Língua Brasileira de Sinais*)

Licitação, 250

Licitação

Compromisso de Renúncia a Outorgas
extinção de outorga como
decorrência de compromisso de
renúncia de outorga em licitação
independentemente de início de
negociações privadas de
transferência da outorga ou de
controle acionário das empresas que
a detenha, **302**

[Acórdão do Conselho Diretor da
ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015
(Ref. nº 53/2015)]

Rádiodifusão

limite ao valor da outorga para a
fixação de penalidades decorrentes
de descumprimento do edital de
licitação para concessão e
permissão de serviços de
rádiodifusão, **281**

[Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015]

Língua Brasileira de Sinais, 283

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

Rádiodifusão

exigência de que os serviços de
rádiodifusão de sons e imagens
permitam o uso de recursos de
substituição por meio de legenda
oculta, janela com intérprete da
Libras, e audiodescrição, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

M

Marca

Direito de Resposta

sua disciplina e do direito de
retificação do ofendido em matéria
divulgada ou transmitida por
veículo de comunicação social,
inclusive a internet, **285**

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de
2015]

Marco Civil da Internet

Direito de Resposta

sua disciplina e do direito de
retificação do ofendido em matéria
divulgada ou transmitida por
veículo de comunicação social,
inclusive a internet, **285**

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de
2015]

inaplicabilidade do Marco Civil da
Internet a fatos pretéritos a sua edição
para o caso de ofensa veiculada no
ORKUT, **300**

[RESP 1384340 AgRg/DF]

Matéria Jornalística

Direito de Resposta

sua disciplina e do direito de
retificação do ofendido em matéria
divulgada ou transmitida por
veículo de comunicação social,
inclusive a internet, **285**

[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de
2015]

Metas de Universalização, 258

Militar

Radar

sua não submissão à disciplina da Lei
13.116, sobre os processo de
licenciamento, instalação e
compartilhamento de infraestrutura
de telecomunicações em área
urbana, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Ministério da Cultura, 278

Ministério da Educação, 277

Ministério das Comunicações, 277

Ministério das Comunicações

Grupo de Implantação do Processo de
Redistribuição e Digitalização de
Canais de TV e RTV – GIRED
requerimento de relatório
consubstanciado sobre a evolução
do processo de transição para a TV
Digital pelo Ministério das
Comunicações ao, **290**

[Portaria MC nº 6.580, de 2 de dezembro
de 2015]

Ministro das Comunicações

(*ver Ministério das Comunicações*)

Mitigação de Desastre

Regulamento sobre Gestão de Risco das
Redes de Telecomunicações e Uso de
Serviços de Telecomunicações em
Desastres, Situações de Emergência e
Estado de Calamidade Pública
aprovação do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17
de Agosto de 2015]

Multa

(*ver Multa (Sanção Administrativa)*)

Multa (Sanção Administrativa)

Radiodifusão

fixação de valor máximo de multa de R\$89.053,71 por infração às disposições da legislação e regulamentações aplicáveis à, **288**

[Portaria MC nº 294, de 30 de janeiro de 2015]

Multa

Radiodifusão

limite ao valor da outorga para a fixação de penalidades decorrentes de descumprimento do edital de licitação para concessão e permissão de serviços de radiodifusão, **281**

[Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015]

Município

Taxa Municipal de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento

constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**

[RE 456534 ED/RS]

N

Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE) aprovação da, **291**

[Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015]

Norma Regulamentar do Canal da Cidadania

alteração da, **289**

[Portaria MC nº 6.413, de 20 de novembro de 2015]

Numeração

Regulamento do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração

alteração do, **297**

[Resolução da ANATEL nº 660, de 28 de dezembro de 2015]

Numeração dos Serviços, 244

O

Ocupação do uso da faixa de domínio (*ver Faixa de Domínio*)

Off-shore, 282

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

ORKUT

inaplicabilidade do Marco Civil da Internet a fatos pretéritos a sua edição para o caso de ofensa veiculada no, **300**

[RESP 1384340 AgRg/DF]

Outorga, 302

(*ver também Contrato de Concessão*) (*ver também Renúncia*)

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015 (Ref. nº 53/2015)] extinção de outorga como decorrência de compromisso de renúncia de outorga em licitação independentemente de início de negociações privadas de transferência da outorga ou de controle acionário das empresas que a detenha, **302**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015 (Ref. nº 53/2015)]

P

PADO

(*ver Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)*)

Parlamentar

Emenda Parlamentar

possibilidade de emendas parlamentares para financiamento de ações de implantação de infraestrutura de conexão entre órgãos e equipamentos públicos locais e à internet, inclusive por meio de construção de backhaul, **289**

[Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015]

PDG

(*ver Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais)*)

Percepção do Usuário

Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações aprovação do, **294**

[Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015]

Permissão

(*ver Permissão (Radiodifusão)*)

Permissão (Radiodifusão)

Resolução de Disputas previsão de competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos sobre questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares, **283**

[Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015]

Permissão (regras aplicáveis), 253

Pesquisa de Satisfação

Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações aprovação do, **294**

[Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015]

Serviço de Interesse Coletivo aprovação do regulamento das condições de aferição do grau de satisfação e da qualidade percebida junto aos usuários de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, **294**

[Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015]

Petróleo

Plataforma off-shore sua não submissão à disciplina da Lei 13.116, sobre os processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações em área urbana, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

PGCN

(*ver Plano Geral de Códigos Nacionais*)

PGR

(*ver Plano Geral de Atualização da Regulação das Telecomunicações no Brasil*)

Plano Estratégico 2015-2024

(*ver também Plano Geral de Atualização da Regulação das Telecomunicações no Brasil*)

Plano Geral de Atualização da Regulação das Telecomunicações no Brasil

sua revogação após aprovação do Plano Estratégico 2015-2024, **296**

[Resolução da ANATEL nº 658, de 11 de dezembro de 2015]

Plano Geral de Atualização da Regulação das Telecomunicações no Brasil, 296

(*ver também Plano Estratégico 2015-2024*)

[Resolução da ANATEL nº 658, de 11 de dezembro de 2015]

revogação do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 658, de 11 de dezembro de 2015]

Plano Geral de Códigos Nacionais

alteração do, **294**

[Resolução da ANATEL nº 653, de 13 de julho de 2015]

Plataforma off-shore

(*ver Off-shore*)

Plataforma off-shore

sua não submissão à disciplina da Lei 13.116, sobre os processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações em área urbana, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

PNBL

(*ver Programa Nacional de Banda Larga*)

Poder Executivo, 276

Poder Judiciário, 278

Poder Legislativo, 276

Política de Gestão de Riscos

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

Política Industrial, 256**Políticas de Telecomunicações, 256****Portador de Deficiência, 258****Postura Urbana**

Taxa Municipal de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**
[RE 456534 ED/RS]

Preço Público

Regulamento do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração alteração do, **297**
[Resolução da ANATEL nº 660, de 28 de dezembro de 2015]

Preço Público e Preço Privado, 254**Presidência da República, 277****Prestação de Serviços, 250****Prestadora / Operadora, 279****Princípio da Insignificância (ver Insignificância)****Princípio da Insignificância**

Atividade Clandestina de Telecomunicação não configura caso de aplicação do princípio da insignificância, **298**
[HC 128567/MG]

Princípio da Legalidade*(ver Legalidade)***Princípio da Legalidade**

Arbitragem exigência de que a arbitragem se submete ao direito posto quando envolva a administração pública, **283**
[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Princípio da Publicidade*(ver também Publicidade)*

Arbitragem exigência de sua submissão ao princípio da publicidade quando se tratar de arbitragem que envolva a administração pública, **283**
[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Privacidade*(ver Direito à Privacidade)***Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações***(ver Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações))***Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações), 302**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015)]
inexistência de vinculação entre o interesse público na celebração de TAC e a natureza da matéria tratada em processo sancionador, **302**
[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015)]

Processo Administrativo, 256**Processo Administrativo***(ver também Recurso)***Rádio FM**

procedimentos de permissão e concessão para execução de modalidade exclusivamente educativa dos serviços de, **288**
[Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015]

Recurso

sua tempestividade é computada do momento do protocolo na Agência e não de postagem da peça recursal, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 31 de julho de 2015 (Ref. nº 305/2015)]

Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais)**PDG para 2016, 286**

[Decreto nº 8.632/2015]

Programa Educativo-Culturalprincípios e objetivos do, **288**

[Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015]

Programa Nacional de Banda Larga*(ver também Banda Larga)*

Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga

para Implantação de Redes de Telecomunicações regulamentação do, **287**
[Portaria MC nº 320, de 12 de janeiro de 2015]

Projeto de Segurança de Infraestruturas Críticas de Telecomunicações

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**
[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

Projeto Setor

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**
[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

Propaganda (ver Publicidade)

Propriedade Industrial

Direito de Resposta sua disciplina e do direito de retificação do ofendido em matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social, inclusive a internet, **285**
[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]

Propriedade Intelectual

Direito de Resposta sua disciplina e do direito de retificação do ofendido em matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social, inclusive a internet, **285**
[Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015]

Proteção do Consumidor (ver Consumidor)

Proteção do Usuário (ver Usuário)

Provedor de Aplicações de Internet, 281 Publicidade, 283

(*ver também Princípio da Publicidade*)
[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

Q

Qualidade do Serviço, 260

Quanto ao Gênero, 261

Quanto ao Interesse, 261

Quanto ao Regime Jurídico de Prestação, 260

Quarta Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (requisitos da UIT IMT-Advanced)

Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais aprovação do, **295**
[Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de Agosto de 2015]

R

Radar

sua não submissão à disciplina da Lei 13.116, sobre os processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações em área urbana, **282**
[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Rádio Aberta, 264

Rádio AM

disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonoram em frequência modulada, **290**
[Portaria MC nº 6.467, de 24 de novembro de 2015]

Rádio AM para FM

procedimentos de adaptação da, **290**
[Portaria MC nº 6.467, de 24 de novembro de 2015]

Rádio FM

disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonoram em frequência modulada, **290**
[Portaria MC nº 6.467, de 24 de novembro de 2015]
procedimentos de permissão e concessão para execução de modalidade exclusivamente educativa dos serviços de, **288**

- [Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015]
- Radiodifusão, 262**
- Radiodifusão**
(*ver também Radiodifusão Educativa*)
(*ver também Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)
- Concessão
parcelamento de débitos de concessionárias de serviços de radiodifusão decorrentes do inadimplemento do preço público devido em razão da outorga do serviço, **281**
- [Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015]
- Cronograma de Implantação da TV Digital
desligamento antecipado do sinal analógico, **290**
- [Portaria MC nº 6.580, de 2 de dezembro de 2015]
- Deficiência Auditiva
exigência de que os serviços de radiodifusão de sons e imagens permitam o uso de recursos de substituição por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras, e audiodescrição, **283**
- [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]
- Deficiência Visual
exigência de que os serviços de radiodifusão de sons e imagens permitam o uso de recursos de substituição por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras, e audiodescrição, **283**
- [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]
- Deficiente Físico
exigência de que os serviços de radiodifusão de sons e imagens permitam o uso de recursos de substituição por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras, e audiodescrição, **283**
- [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]
- Multa
limite ao valor da outorga para a fixação de penalidades decorrentes de descumprimento do edital de licitação para concessão e permissão de serviços de radiodifusão, **281**
- [Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015]
- Multa (Sanção Administrativa)
fixação de valor máximo de multa de R\$89.053,71 por infração às disposições da legislação e regulamentações aplicáveis à radiodifusão, **288**
- [Portaria MC nº 294, de 30 de janeiro de 2015]
- Permissão
parcelamento de débitos de permissionárias de serviços de radiodifusão decorrentes do inadimplemento do preço público devido em razão da outorga do serviço, **281**
- [Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015]
- Radiodifusão Comunitária, 264**
- Radiodifusão Educativa**
(*ver também Radiodifusão*)
Programa Educativo-Cultural
princípios e objetivos do, **288**
- [Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015]
- Rádio FM
procedimentos de permissão e concessão para execução de modalidade exclusivamente educativa dos serviços de, **288**
- [Portaria MC nº 4.335, de 17 de setembro de 2015]
- Radionavegação Aeronáutica**
sua não submissão à disciplina da Lei 13.116, sobre os processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações em área urbana, **282**
- [Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]
- Ramos Jurídicos Afins, 272**
- RE**
(*ver Recurso Extraordinário*)
- Recurso**
(*ver também Processo Administrativo*)
Processo Administrativo
tempestividade de recurso é computada do momento do protocolo na Agência e não de postagem da peça recursal, **303**
- [Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 31 de julho de 2015 (Ref. nº 305/2015)]

Recurso Especial

RESP 1384340 AgRg/DF
inaplicabilidade do Marco Civil da Internet a fatos pretéritos a sua edição para o caso de ofensa veiculada no ORKUT, **300**
[RESP 1384340 AgRg/DF]

Recurso Extraordinário

RE 456534ED/RS
constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**

[RE 456534 ED/RS]

RE811620AgR/MG
inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**

[RE 811620 AgR/MG]

Recursos de Numeração

Regulamento do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
alteração do, **297**

[Resolução da ANATEL nº 660, de 28 de dezembro de 2015]

Redes de Telecomunicações, 243**Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações**

regulamentação do, **287**

[Portaria MC nº 320, de 12 de janeiro de 2015]

Regulação

exclusividade da competência da União sobre a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações, inclusive sobre seleção de tecnologia, topologia das redes e qualidade dos serviços prestados, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Regulamentação

exclusividade da competência da União sobre a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações, inclusive sobre seleção de tecnologia, topologia das redes e qualidade dos serviços prestados, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação dos Usuários dos Serviços de Telecomunicações

revogação do, **294**

[Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015]

Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço Móvel Pessoal

revogação do, **294**

[Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015]

Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado

revogação do, **294**

[Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015]

Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia

revogação do, **294**

[Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015]

Regulamento de Tarifação do STFC

alteração do, **294**

[Resolução da ANATEL nº 653, de 13 de julho de 2015]

Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais

aprovação do, **295**

[Resolução da ANATEL nº 655, de 5 de Agosto de 2015]

Regulamento do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração

alteração do, **297**

[Resolução da ANATEL nº 660, de 28 de dezembro de 2015]

Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico (SLMA) e do Serviço Limitado Móvel Marítimo (SLMM)

aprovação do, **293**

[Resolução da ANATEL n° 651, de 13 de abril de 2015]

Regulamento Geral de Interconexão

conduta ilícita de uso indevido das rotas de interconexão para cursar tráfego artificialmente gerado, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. n° 480/2015)]

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

alteração do, **293**

[Resolução da ANATEL n° 652, de 27 de maio de 2015]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz

(*ver* 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz)

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz

alteração do, **296**

[Resolução da ANATEL n° 657, de 3 de novembro de 2015]

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública

aprovação do, **296**

[Resolução da ANATEL n° 656, de 17 de Agosto de 2015]

Relatório da Ouvidoria

Relatório da Ouvidoria 2015, **303**

[Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2015]

Renúncia

(*ver também* Outorga)

Outorga

sua extinção como decorrência de compromisso de renúncia de outorga em licitação independentemente de início de negociações privadas de transferência da outorga ou de controle acionário das empresas que a detenha, **302**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 24 de fevereiro de 2015 (Ref. n° 53/2015)]

REPBNL-Redes

(*ver Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações*)

Reputação

Direito de Resposta

sua disciplina e do direito de retificação do ofendido em matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social, inclusive a internet, **285**

[Lei n° 13.188, de 11 de novembro de 2015]

Resolução Administrativa de Conflitos, 283

(*ver também* Resolução de Disputas)

[Lei n° 13.140, de 26 de junho de 2015]

Resolução de Disputas

(*ver* Solução de Conflitos)

Resolução de Disputas

(*ver também* Arbitragem)

(*ver também* Resolução Administrativa de Conflitos)

alteração da Lei de Arbitragem para incluir expressa possibilidade de administração pública direta e indireta utilizar da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, **283**

[Lei n° 13.129, de 26 de maio de 2015]

Mediação

previsão de competência das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos sobre questões que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares, **283**

[Lei n° 13.140, de 26 de junho de 2015]

REsp

(*ver* Recurso Especial)

Responsabilidade Fiscal

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

possibilidade de uso de receita excedente em fins diversos dos de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos

serviços de telecomunicações caso tenham sido desvinculadas mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional, **301**

[Acórdão TCU 2320/2015]

Retransmissão de Televisão com Utilização da Tecnologia Digital, 288

[Portaria MC nº 4.287, de 21 de setembro de 2015]

procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do, **288**

[Portaria MC nº 4.287, de 21 de setembro de 2015]

Retransmissão de Televisão com Utilização da Tecnologia Digital, Caráter Secundário

procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de RTV em, **286**

[Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015]

Retransmissão de TV

(*ver Serviço de Retransmissão de Televisão*)

Reversão, 300

(*ver também Bem Reversível*)

[Acórdão TCU 3311/2015]

Revisão Quinquenal

Concessão

prorrogação da data da penúltima revisão quinquenal (2015) dos contratos de concessão de STFC pós renovação, **297**

[Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015]

Contrato de Concessão

prorrogação da data da penúltima revisão quinquenal (2015) dos contratos de concessão de STFC pós renovação, **297**

[Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015]

RGQ-STFC

(*ver Regulamento de Gestão de Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado*)

Rodovia

Faixa de Domínio

inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo

sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**
[RE 811620 AgR/MG]

RTV

(*ver Serviço de Retransmissão de Televisão*)

RTVD

(*ver Retransmissão de Televisão com Utilização da Tecnologia Digital*)

S

Sanção

Termo de Ajuste de Conduta

sua celebração submete-se ao juízo da autoridade sobre a conveniência e oportunidade do acordo negocial como solução alternativa ao tradicional rito do procedimento sancionador para regularização de condutas infrativas, **302**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015)]

Satisfação do Usuário

Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação dos Usuários dos Serviços de Telecomunicações revogação do, **294**

[Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015]

Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações aprovação do, **294**

[Resolução da ANATEL nº 654, de 13 de julho de 2015]

SBTVD

(*ver Sistema Brasileiro de Televisão Digital*)

SBTVD-T

(*ver Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), 270

Serviço de Acesso Condicionado

destinação de faixas de radiofrequências para o, **292**

[Resolução da ANATEL nº 648, de 11 de fevereiro de 2015]

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), 271**Serviço de Interesse Coletivo, 261****Serviço de Interesse Restrito, 261****Serviço de Radiocomunicação Aeronáutica Público-Restrito**

sua não submissão à disciplina da Lei 13.116, sobre os processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações em área urbana, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Serviço de Radiodifusão, 262**Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens**

(*ver Radiodifusão*)

Serviço de Radiodifusão Sonora

(*ver Radiodifusão*)

Serviço de Retransmissão de Televisão

procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do RTVD, **288**

[Portaria MC nº 4.287, de 21 de setembro de 2015]

Serviço de Retransmissão de Televisão em Caráter Secundário

procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de RTV em, **286**

[Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015]

Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas, 271**Serviço de Valor Adicionado, 261****Serviço Limitado, 261****Serviço Limitado Especializado (SLE), 266****Serviço Limitado Especializado**

Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE) aprovação da, **291**

[Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015]

Serviço Limitado Móvel Marítimo

Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico (SLMA) e do Serviço Limitado Móvel Marítimo (SLMM)

aprovação do, **293**

[Resolução da ANATEL nº 651, de 13 de abril de 2015]

Serviço Limitado Móvel Privado, 266**Serviço Limitado Móvel Privativo**

vedação de novas autorizações de uso de radiofrequências, prorrogação do prazo das autorizações em vigor, licença de nova estação ou consignação de nova radiofrequência nos canais de 1 a 500 na faixa de 806 a 821 MHz e 851 a 866 MHz para o, **291**

[Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015]

Serviço Limitado Privado, 266**Serviço Limitado Privado**

Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE) aprovação da, **291**

[Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015]

Serviço Móvel Aeronáutico, 271**Serviço Móvel Aeronáutico, 293**

[Resolução da ANATEL nº 651, de 13 de abril de 2015]

Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico (SLMA) e do Serviço Limitado Móvel Marítimo (SLMM)

aprovação do, **293**

[Resolução da ANATEL nº 651, de 13 de abril de 2015]

Serviço Móvel Especializado

Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE) aprovação da, **291**

[Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015]

Serviço Móvel Especializado ou Trunking ou Trunk ou Sistema Troncalizado, 267**Serviço Móvel Marítimo, 267**

(*ver Serviço Limitado Móvel Marítimo*)

Serviço Móvel Marítimo, 293

[Resolução da ANATEL nº 651, de 13 de abril de 2015]

Serviço Móvel Pessoal (SMP), 267

Serviço Móvel Pessoal

Norma de adaptação dos instrumentos de permissão e de autorização do Serviço Móvel Especializado (SME) para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Limitado Privado (SLP) ou Serviço Limitado Especializado (SLE) aprovação da, **291**

[Resolução da ANATEL nº 647, de 9 de fevereiro de 2015]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz

alteração do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 657, de 3 de novembro de 2015]

Tecnologia Assistiva

dever do poder público de incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade, entre outras tecnologias assistivas, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), 268

Serviço Telefônico Fixo Comutado, 268, 294

[Resolução da ANATEL nº 653, de 13 de julho de 2015]

Bem Reversível

determinações à ANATEL sobre o acompanhamento dos bens reversíveis das concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado, **300**

[Acórdão TCU 3311/2015]

Concessão

prorrogação da data da penúltima revisão quinquenal (2015) dos contratos de concessão de STFC pós renovação, **297**

[Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015]

Revisão Quinquenal

prorrogação da data da penúltima revisão quinquenal (2015) dos

contratos de concessão de STFC pós renovação, **297**

[Resolução da ANATEL nº 659, de 28 de dezembro de 2015]

Tecnologia Assistiva

dever do poder público de incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade, entre outras tecnologias assistivas, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

Serviços no Setor de Telecomunicações, 262

Sigilo em Telecomunicações, 260

Sistema Brasileiro de Televisão Digital

Canal de Cultura

diretrizes para sua operacionalização, **291**

[Portaria Interministerial nº 4.074, de 26 de Agosto de 2015]

Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre

(*ver também Radiodifusão*)

(*ver também TV Digital*)

Canal de Educação

diretrizes para operacionalização do, **291**

[Portaria Interministerial nº 2.098, de 14 de maio de 2015]

Cronograma de Implantação da TV Digital

desligamento antecipado do sinal analógico, **290**

[Portaria MC nº 6.580, de 2 de dezembro de 2015]

Sistema TELEBRAS

(*ver Telecomunicações Brasileiras S.A.*)

Situação de Emergência

Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública aprovação do, **296**

[Resolução da ANATEL nº 656, de 17 de Agosto de 2015]

SLE

(*ver Serviço Limitado Especializado*)

SLMM

(*ver Serviço Limitado Móvel Marítimo*)

SLMP

(*ver Serviço Limitado Móvel Privativo*)

SLP

(*ver Serviço Limitado Privado*)

SMA

(*ver Serviço Móvel Aeronáutico*)

SME

(*ver Serviço Móvel Especializado*)

SMM

(*ver Serviço Móvel Marítimo*)

SMP

(*ver Serviço Móvel Pessoal*)

Solo

Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação das Faixas de Domínio das Rodovias (TFDR)

inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**

[RE 811620 AgR/MG]

Taxa Municipal de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento

constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**

[RE 456534 ED/RS]

Solução de Conflitos, 283

[Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015]

SRA

(*ver Serviço de Radiocomunicação Aeronáutica Público-Restrito*)

STF, 278

(*ver Recurso Extraordinário*)

(*ver Supremo Tribunal Federal*)

STFC

(*ver Serviço Telefônico Fixo Comutado*)

STJ, 279

(*ver Recurso Especial*)

(*ver Superior Tribunal de Justiça*)

Superior Tribunal de Justiça

RESP 1384340 AgRg/DF

inaplicabilidade do Marco Civil da Internet a fatos pretéritos a sua

edição para o caso de ofensa veiculada no ORKUT, **300**

[RESP 1384340 AgRg/DF]

Supremo Tribunal Federal

ADI 2615/SC

inconstitucionalidade de disciplina estadual das condições de cobrança do valor da assinatura básica por invasão de competência federativa, **298**

[ADI 2.615 - SC]

HC128567/MG

crime de atividade clandestina de telecomunicações do art. 183 da LGT não configura caso de aplicação do princípio da insignificância, **298**

[HC 128567/MG]

RE 456534ED/RS

constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**

[RE 456534 ED/RS]

RE811620AgR/MG

inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**

[RE 811620 AgR/MG]

T

TAC

(*ver Termo de Ajuste de Conduta*)

Tarifa Reduzida

Fraude

incentivo à realização de acessos discados à internet em horário de tarifa reduzida sob a promessa de que os usuários de STFC sejam remunerados pelo tempo de conexão ao provedor de acesso à internet, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. nº 480/2015)]

Taxa de Fiscalização da Instalação
(*ver também* **Fiscalização**)

possibilidade de uso de receita excedente em fins diversos dos de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações caso tenham sido desvinculadas mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional, **301**

[Acórdão TCU 2320/2015]

Taxa de Fiscalização de Funcionamento
(*ver* **Taxa de Fiscalização do Funcionamento**)

Taxa de Fiscalização de Instalação

(*ver* **Taxa de Fiscalização da Instalação**)

Taxa de Fiscalização do Funcionamento
(*ver também* **Fiscalização**)

(*ver também* **Fundo de Fiscalização das Telecomunicações**)

possibilidade de uso de receita excedente em fins diversos dos de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações caso tenham sido desvinculadas mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional, **301**

[Acórdão TCU 2320/2015]

Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação das Faixas de Domínio das Rodovias (TFDR)

Taxa de Uso e Ocupação de Solo e Espaço Aéreo

inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**

[RE 811620 AgR/MG]

Taxa de Uso e Ocupação de Solo e Espaço Aéreo

Taxa Municipal de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento

constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de

verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**
[RE 456534 ED/RS]

TCU

(*ver* **Tribunal de Contas da União**)

Tecnologia

exclusividade da competência da União sobre a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações, inclusive sobre seleção de tecnologia, topologia das redes e qualidade dos serviços prestados, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Tecnologia Assistiva

dever do poder público de incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade, entre outras tecnologias assistivas, **283**

[Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015]

TELEBRAS

(*ver* **Telecomunicações Brasileiras S.A.**)
Telecomunicações Brasileiras S.A., **286**

[Decreto nº 8.632/2015]

Backhaul

Telebras como executora de ações de implantação de infraestrutura de conexão entre órgãos e equipamentos públicos locais e à internet, inclusive por meio de construção de, **289**

[Portaria MC nº 4.699, de 14 de outubro de 2015]

TELEFÔNICA BRASIL S/A

Anuência Prévia

à transferência do controle integral da GVT para a TELEFÔNICA, **301**
[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015]

GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA
anuência prévia à transferência do controle integral da GVT para a TELEFÔNICA, **301**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 448, de 22 de janeiro de 2015]

inexistência de vinculação entre o interesse público na celebração de TAC e a natureza da matéria tratada em processo sancionador, **302**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015)]

Televisão Aberta, 264

Televisão Digital
(*ver TV Digital*)

Terminais, 246

Termo de Ajuste de Conduta, 302

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015)]
inexistência de vinculação entre o interesse público na celebração de TAC e a natureza da matéria tratada em processo sancionador, **302**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de janeiro de 2015 (Ref. nº 6/2015)]

TFDR

(*ver Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação das Faixas de Domínio das Rodovias (TFDR)*)

TFF

(*ver Taxa de Fiscalização do Funcionamento*)

TFI

(*ver Taxa de Fiscalização da Instalação*)

Tipificação

(*ver Crime*)

Tráfego Aéreo

Radar

sua não submissão à disciplina da Lei 13.116, sobre os processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações em área urbana, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Tráfego Artificial

Interconexão

conduta ilícita de uso indevido das rotas de interconexão para cursar tráfego artificialmente gerado, **303**

[Acórdão do Conselho Diretor da ANATEL, de 5 de novembro de 2015 (Ref. nº 480/2015)]

Tribunal de Contas da União, 276

Tribunal de Contas da União

Acórdão TCU 3311/2015

determinações à ANATEL sobre o acompanhamento dos bens

reversíveis das concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado, **300**

[Acórdão TCU 3311/2015]

Tributação no Setor de Telecomunicações, 249

Tributo Vinculado

Taxa de Fiscalização da Instalação
possibilidade de uso de receita excedente em fins diversos dos de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações caso tenham sido desvinculadas mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional, **301**

[Acórdão TCU 2320/2015]

Taxa de Fiscalização do Funcionamento
possibilidade de uso de receita excedente em fins diversos dos de custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações caso tenham sido desvinculadas mediante transferência de receita excedente ao Tesouro Nacional, **301**

[Acórdão TCU 2320/2015]

Trunking

(*ver Serviço Móvel Especializado*)

TV Analógica

Cronograma de Implantação da TV Digital
desligamento antecipado do sinal analógico, **290**

[Portaria MC nº 6.580, de 2 de dezembro de 2015]

TV Digital, 265

TV Digital

(*ver também Digitalização*)

(*ver também Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

Canal de Cidadania

sua preferência no uso da faixa de VHF Alto (174 MHz a 216 MHz), **286**

[Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]

Canal de Cultura

- sua preferência no uso da faixa de VHF Alto (174 MHz a 216 MHz), **286**
 [Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]
- Canal de Educação
 sua preferência no uso da faixa de VHF Alto (174 MHz a 216 MHz), **286**
 [Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]
- Canal do Poder Executivo
 sua preferência no uso da faixa de VHF Alto (174 MHz a 216 MHz), **286**
 [Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]
- Cronograma de Implantação da TV Digital
 desligamento antecipado do sinal analógico, **290**
 [Portaria MC nº 6.580, de 2 de dezembro de 2015]
- incentivos às indústrias de equipamentos para a, **285**
 [Lei nº 13.159, de 10 de agosto de 2015]
- Retransmissão de Televisão com Utilização da Tecnologia Digital
 procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do, **288**
 [Portaria MC nº 4.287, de 21 de setembro de 2015]
- Retransmissão de Televisão com Utilização da Tecnologia Digital, Caráter Secundário
 procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de RTV em, **286**
 [Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015]
- VHF Alto
 sua utilização para execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, **286**
 [Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015]

U

Universalização e Massificação, 257

Urbanização

exclusividade da competência da União sobre a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações, inclusive sobre seleção de tecnologia, topologia das redes e qualidade dos serviços prestados, **282**

[Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015]

Uso de Espaço Aéreo

Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação das Faixas de Domínio das Rodovias (TFDR)

inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**

[RE 811620 AgR/MG]

Taxa Municipal de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento

constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**

[RE 456534 ED/RS]

Uso de Solo

Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação das Faixas de Domínio das Rodovias (TFDR)

inconstitucionalidade de disciplina estadual de cobrança de taxa de uso e ocupação de solo e espaço aéreo sobre instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço público de telecomunicações, **299**

[RE 811620 AgR/MG]

Taxa Municipal de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento

constitucionalidade de disciplina municipal para cobrança de taxa de licença para instalação e de

verificação da permanência das condições técnicas iniciais dos equipamentos destinados à energia elétrica e ao fornecimento de serviços de telecomunicações, **299**
[RE 456534 ED/RS]

Usuário

(*ver também Consumidor*)

Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações regimento interno do, **292**

[Resolução da ANATEL n° 650, de 16 de março de 2015]

Usuário / Consumidor, 280

V

VHF Alto

sua utilização para execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, **286**

[Portaria MC n° 1.581, de 9 de abril de 2015]

